

Relatório de
Governo
Societário



2016

MP –1506508/17

Metro do Porto, S.A.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 13 de abril de 2017

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large stylized 'F' and a circled 'G'.

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo)	2
II.	Missão, Objetivos e Políticas	4
III.	Estrutura de capital	22
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas	23
V.	Órgãos Sociais e Comissões	25
A.	Assembleia Geral	25
B.	Administração e Supervisão	26
C.	Fiscalização	37
D.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	42
E.	Auditor Externo	44
VI.	Organização Interna	46
A.	Estatutos e Comunicações	46
B.	Controlo interno e gestão de riscos	46
C.	Regulamentos e Códigos	55
D.	Deveres especiais de informação	57
E.	Sítio da Internet	58
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	59
VII.	Remunerações	61
A.	Competência para a Determinação	61
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	61
C.	Estrutura das Remunerações	62
D.	Divulgação das Remunerações	63
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras	64
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental	66
X.	Avaliação do Governo Societário	70
XI.	Anexos do RGS	74

I. Síntese (Sumário Executivo)

A síntese ou sumário executivo deve permitir a fácil perceção do conteúdo do relatório e, em particular, mencionar as alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2016.

Com a alteração da estrutura acionista ocorrida a 25 de março de 2008, a Metro do Porto, S.A. passou a integrar o conceito de empresa pública. A Metro do Porto, S.A. integra assim o setor empresarial do Estado, devendo os seus relatórios de gestão incluir a informação definida do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro. O Ofício nº 1269-DGTF, de 27 de fevereiro de 2017, estipula a obrigação de apresentação do Relatório de Boas Práticas do Governo Societário nos termos do n.º 1 do artigo 54º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, com base em modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), obrigação a que se dá cumprimento com o presente documento.

Ao longo do ano de 2016 não existiram alterações significativas em matéria de Governo Societário, sendo no entanto possível destacar o seguinte:

Em Assembleia Geral realizada no dia 25 de janeiro de 2016 foram eleitos os membros do Conselho de Administração e da Mesa da Assembleia Geral para o triénio de 2016-2018 e fixado o respetivo estatuto remuneratório. Não se procedeu, nessa Assembleia Geral, à eleição dos elementos do Conselho Fiscal, pelo que os seus membros eleitos em Assembleia Geral que teve lugar a 13 de julho de 2012 se mantêm em funções.

Tal como melhor detalhado no Capítulo II, e após reavaliação do processo de contratação da subconcessão, o Conselho de Administração deliberou iniciar o processo de anulação administrativa do ato de adjudicação e do contrato de subconcessão do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A. celebrado em 26 de Outubro, entre esta Sociedade e a Transdev Porto – Subconcessão do Metro, S.A., considerando que, para além do incumprimento do regime constante do Decreto-Lei nº 111/2012 de 23 de maio, os termos e condições estabelecidos para a referida subconcessão não tiveram em conta os contributos dos municípios da Área Metropolitana do Porto, limitando as suas competências futuras em matéria de serviço público de transporte, designadamente na capacidade de responder às necessidades de mobilidade das populações.

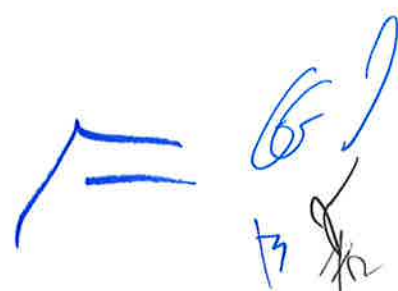
A vigência do contrato celebrado entre a Metro do Porto, S.A. e a Prometro, S.A. em 26 de fevereiro de 2010 deveria ter cessado a 31 de dezembro de 2014. Essa vigência foi prolongada diversas vezes, a última das quais na sequência da atrás referida decisão de anulação administrativa do ato de adjudicação do procedimento relativo ao contrato de subconcessão da Exploração do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A.. Esta última prorrogação concretizou-se no 5.º Aditamento, celebrado em 31 de março de 2016, por um prazo adicional de 24 meses, o considerado necessário pela Metro do Porto, S.A. para completar um novo procedimento de contratação pública, com público apelo à concorrência, para a subconcessão do

Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

Na sequência do envio à Tutela de uma proposta fundamentada com vista a dar início ao estudo e preparação de uma parceria público-privada para a subconcessão da operação e manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, o Governo determinou, através do despacho 10536/2016, de 23 de agosto, a constituição de uma equipa de projeto para dar início ao estudo e à preparação de uma parceria para a subconcessão da operação e manutenção do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, nos termos previstos no Decreto Lei 111/2012, de 23 de maio. Os trabalhos dessa equipa de projeto estão na sua fase de conclusão, esperando-se que o concurso para a subconcessão seja lançado durante o segundo trimestre de 2017.

É de realçar que o Metro do Porto continuou a atrair um número significativo de passageiros, alcançando um novo máximo de procura – 58,0 milhões, e uma taxa de cobertura direta dos custos de operação pelas receitas de tarifário de 110,6%. Foi prestado um serviço público eficaz, com um serviço diário de 19 horas e, em determinadas ocasiões, com reforço noturno (Operação MovePorto) ou até mesmo com operação em contínuo. A taxa de satisfação global dos clientes atingiu os 81,3%, confirmando a qualidade do serviço prestado pelo Metro do Porto.

A Empresa manteve a sua política de transparência através do conjunto de informação que disponibiliza às várias entidades com quem se relaciona (Tutela, INE, Banco de Portugal, DGO, entre outros) mas também ao cidadão comum através do site www.metrodoporto.pt.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'J. B.' followed by a large flourish, and the initials 'J. B.' are written below it.

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a entidade (vide artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), designadamente:

a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

3. Indicação dos fatores-chave de que dependem os resultados da entidade.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada entidade, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela entidade (vide ponto 4 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

Missão

Planear, conceber, construir, equipar e explorar um Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, em regime de concessão atribuída pelo Estado.

Visão

Promover a mobilidade sustentável na Área Metropolitana do Porto (AMP).

Valores

Sustentabilidade, Orientação para o Cliente, Rigor, Transparência e Espírito de Equipa.

Objetivos Estratégicos para as décadas 2007-2027

- Constituir-se, posicionar-se e desenvolver-se como um ator e um fator inequívocos de dinamização económica e social da AMP.
- Contribuir para a modificação dos padrões de uso, ocupação e transformação das áreas urbanas e suburbanas da região, tendo em vista a competitividade territorial, a sustentabilidade ambiental e a coesão social.
- Reforçar a sua intervenção e influência enquanto elemento estruturante do reordenamento do sistema de transportes da AMP, articulando-se de forma estreita e concertada com os restantes operadores de transporte público.
- Privilegiar a dimensão metropolitana em oposição à dimensão porventura excessivamente municipal, tendo em particular atenção as concentrações de habitação, emprego e serviços.
- Promover a consolidação e a contenção dos tecidos urbanos.
- Privilegiar ganhos de tempo, em todas as circunstâncias, através da promoção da linearidade dos traçados e da prioridade à velocidade de circulação.
- Almejar a progressiva captação de deslocações ao transporte individual, através de uma política muito ambiciosa e concertada.

- Promover a eficiência energética global do sistema de transportes da Área Metropolitana e visar metas ambiciosas de redução das emissões poluentes.

De acordo com a Estratégia Empresarial Integrada, os fatores chave para atingir os objetivos estratégicos para as décadas 2007-2027 são:

Adotando como referência as seguintes definições:

Zona Chave (ZC): zona que apresenta uma densidade populacional superior a 5000 habitantes por Km²;

Ponto Chave (PC): edifício com frequência superior a 1000 pessoas em dia útil médio,

são propostos os seguintes objetivos estratégicos para o período 2007-2020:

- *Que a maior percentagem possível de Zonas Chave (ZC) disponham de uma estação de Metro a uma distância inferior a 500m pedonais em todos os seus pontos (40% até 2013);*
- *Acesso adequado, em todas as ZC que não tenham uma estação de Metro, a uma distância inferior a 500m pedonais em todos os seus pontos (80% até 2013);*
- *Que a maior percentagem possível de Pontos Chave (PC) disponha (mínimo de 40% até 2013):*
 - *de cais Metro a distância igual ou inferior à definida para as Zonas Chave;*
 - *de acesso adequado a cais Metro a menos de 100m.*
- *Deslocalização máxima possível dos restantes Pontos Chave, se serviços públicos;*
- *Que as estações de todas as Zonas Chave, com uma estação a uma distância inferior a 500m pedonais em todos os seus pontos, estejam ligadas entre si a 10 Km/h (lineares com tempo de transbordo).*

As Bases de Concessão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto estipulam, na Base XXI, n.º 2, que a Metro do Porto, S.A deve subconcessionar a exploração e manutenção da totalidade do Sistema.

Como oportunamente referido no Relatório de Governo Societário de 2015, na sequência das dúvidas suscitadas quanto ao (in)cumprimento, por omissão, do regime constante do Decreto-Lei nº 111/2012, de 23 de maio (regime da Parceria Público Privada), aquando do procedimento que culminou com a adjudicação da Exploração do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A. à Transdev Mobilidade S.A., e após reavaliação do mesmo, o Conselho de Administração deliberou, em 21 de março de 2016, anular o ato de adjudicação aprovado em 14 de setembro de 2015.

Dessa decisão foi notificado o adjudicatário e informado o Tribunal de Contas e as Suas Excelências o Ministro das Finanças e o Ministro do Ambiente.

A vigência do contrato celebrado entre a Metro do Porto, S.A. e a Prometro, S.A. em 26 de fevereiro de 2010 deveria ter cessado a 31 de dezembro de 2014. Devido às vicissitudes descritas supra a propósito dos processos de contratação, decidiu-se prolongar essa vigência.

A Metro do Porto, S.A. e a Prometro, S.A. acordaram assim sucessivas prorrogações do contrato. Face ao contrato inicial com a Prometro, regista-se a exclusão de algumas atividades da esfera da responsabilidade do subconcessionário, das quais se destaca a manutenção dos 72 veículos Eurotram da frota da Metro do Porto que passou a ser assegurada pela Metro do Porto através de contrato com a EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (mais detalhe a seguir).

Dada a decisão de anulação administrativa do ato de adjudicação do procedimento relativo ao contrato de subconcessão da Exploração do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A. aprovado em 14 de setembro de 2015, iniciou-se o processo negocial para nova prorrogação do contrato de operação com a Prometro por um prazo adicional de 24 meses, o que veio a ser concretizado por via de um 5.º Aditamento, celebrado em 31 de março de 2016.

Este período temporal é o considerado necessário pela Metro do Porto, S.A. para completar um novo procedimento de contratação pública, com público apelo à concorrência, para a subconcessão do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

O referido 5.º Aditamento com o valor de 70.300.008,00 euros voltou a incluir na esfera de responsabilidades contratuais da Prometro a manutenção de todo o material circulante da Metro do Porto, nomeadamente da frota de 72 veículos Eurotram e a frota de 30 veículos Tram Train.

Até 21 de dezembro de 2014 a manutenção dos 30 veículos Tram Train foi assegurada por contrato com o consórcio Bombardier / Vossloh no âmbito da garantia pelo fornecimento destes equipamentos. Tornando-se necessário assegurar a sua manutenção até ao final do ano de 2014, foi celebrado contrato, por ajuste direto, com a Bombardier Transportation Portugal, S.A. para este efeito.

Uma vez que os sucessivos aditamentos celebrados com a Prometro para assegurar a operação do Sistema de Metro Ligeiro após o termo do contrato a 31 de dezembro de 2014 excluíram os trabalhos de manutenção da frota de material circulante, a Metro do Porto, após consulta a duas entidades, celebrou através de ajuste direto um contrato de manutenção da totalidade da frota com a EMEF pelo mesmo prazo do 1.º aditamento celebrado.

Dada a necessidade de celebração de novos aditamentos ao contrato com a Prometro, foram efetuados novos ajustes diretos à EMEF por prazos idênticos aos já referidos no ponto anterior, totalizando quatro contratos de manutenção.

Dadas as vicissitudes expostas a propósito da não conclusão dos procedimentos de contratação, quer do concurso público lançado em agosto de 2014, quer do procedimento pré-contratual por ajuste direto, lançado em 22 de agosto de 2015, o montante acumulado dos contratos celebrados com a EMEF acrescido dos montantes referentes aos serviços adicionais que entretanto se tornaram necessários realizar (vandalismo), determinou que os mesmos viessem a ser objeto de fiscalização do Tribunal de Contas, o que veio a suceder, mediante envio daqueles contratos a 10 de fevereiro de 2016 àquele Tribunal, tendo sido conferido visto em 17 de maio de 2016.

A Estratégia Empresarial Integrada da Metro do Porto, para o período 2007-2027 define um conjunto de objetivos com vista à criação de benefícios económicos, sociais e ambientais na Área Metropolitana do Porto.

Objetivos de Exploração

O Orçamento para 2016 da Metro do Porto, S.A. aprovado em Conselho de Administração desta sociedade tinha implícitos os seguintes objetivos de exploração comercial.

Real 2016	Meta 2016	
296,1	297,9	PASSAGEIROS KM (M)
1.594,7	1.653,8	LUGARES KM (M)
18,6	18,0	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)
110,6	116,1	TAXA DE COBERTURA (%)

Constata-se que a procura ficou ligeiramente aquém do previsto, tal como a oferta, gerando uma taxa de ocupação superior ao objetivo. A taxa de cobertura também ficou abaixo do previsto, no entanto, acima dos 100%.

Sendo a operação do Sistema de Metro Ligeiro, nos termos previstos nas Bases de Concessão, efetuada por um subconcessionário selecionado por concurso público internacional, o custo de operação encontra-se estabilizado durante a duração do contrato. É assim possível afirmar que, do ponto de vista de custos de operação, o fator chave de que dependem os resultados da empresa é o resultado do processo de concurso internacional. Entre 2010 e 2014 esteve em vigor o contrato de operação e manutenção com a Prometro e em 2015 e 2016, conforme já acima explanado, esteve em execução um conjunto de aditamentos ao mesmo.

Do lado das receitas de exploração, estas são quase exclusivamente referentes ao tarifário intermodal Andante, cujas atualizações de preço são definidas administrativamente, usualmente com atualizações à taxa de inflação.

Do desequilíbrio do modelo de financiamento da Metro do Porto, baseado em endividamento remunerado, resultam custos de financiamento muito elevados e dependentes da evolução das taxas de juro.

Objetivos e resultados definidos pelos acionistas e grau de cumprimento dos mesmos

Objetivos de Gestão

Não foram definidos objetivos para o exercício de 2016.

Parque de veículos do Estado

A evolução do número de viaturas utilizadas e dos gastos incorridos foi a seguinte.

	2013	2014	2015	2016
Viaturas				
Nº Viaturas	32	30	31	31
Gastos com Viaturas	241 136	232 804	226 354	216 752

No ano de 2013 foi concluído o processo de celebração de acordos de atribuição e uso de viaturas com os colaboradores da empresa em cumprimento do disposto no Ofício n.º 426 de 18. de janeiro de 2012 da Direção Geral do Tesouro e Finanças, para efeitos de enquadramento na alínea b) dos nº 3 e 9 do artigo 2º do Código do IRS e tributação em sede deste imposto, como rendimento em espécie, tanto no ano de 2012 como em 2013.

Este acordo manteve-se válido e inalterado no exercício de 2016.

Em 25 de fevereiro de 2016 foi decidido pela Comissão Executiva solicitar à ESPAP autorização para proceder à alienação das viaturas próprias da Empresa, dada a sua idade e custos de manutenção, substituindo-as por outras, bem como para proceder à substituição de todas as viaturas em regime de aluguer cujos contratos já haviam terminado por outras também em regime de aluguer operacional.

Tal medida permitiria obter poupanças com o parque de veículos da Empresa, posteriormente avaliadas em cerca de 30 mil euros por ano, ajustar a categoria das viaturas utilizadas e reduzir a frota de viaturas em duas unidades, em coerência com o estipulado nas alíneas a) e b) do n.º3 do artigo 96.º do DLEO 2016.

Durante o ano de 2016 não foi obtida resposta positiva do ESPAP ao proposto pela Empresa, não tendo sido possível concretizar tais medidas e alcançar as respetivas poupanças.

Plano de Redução de Gastos

O Ofício Circular n.º 5536, de 23 de setembro de 2015, da Direção Geral do Tesouro e das Finanças, definiu uma série de instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para o exercício de 2016. Prevê-se nesse Ofício Circular que no caso de empresas deficitárias se deve “*garantir um orçamento económico equilibrado, traduzido num valor de «lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização» (EBITDA) nulo por via de uma redução dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal de 15%, no seu conjunto, em 2016 face a 2010*”.

Este Ofício Circular prevê orientações adicionais segundo as quais:

- “*Em 2016 cada parcela dos gastos com comunicações, despesas com deslocações, ajudas de custo, alojamento e associados à frota automóvel deve ser inferior ou igual ao gasto incorrido nos exercícios de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)*”.

A tabela seguinte apresenta os valores em causa nestas orientações:

PRC (valores em euros)	Meta	2016 Exec.	2015 Exec.	2014 Exec.	2010 Exec.	2016/2015 Δ Absol.	2016/2015 Var. %	2016/2010 Δ Absol.	2016/2010 Var. %
(0) EBITDA									
(1) CMVMC		0	0	0	0	0	-	0	-
(2) FSE		40.529.174	43.059.972	50.896.602	56.384.923	-2.530.798	-6%	-15.855.749	-28%
(3) Gastos com o pessoal		4.321.725	4.127.222	4.707.090	5.847.558	194.503	5%	-1.525.833	-26%
(4) dos quais indemnizações		0	16.564	340.021	35.000	-16.564	-100%	-35.000	-100%
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias		199.525	47.942						
(6) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)-(3.1)	Redução em 15% face a 2010	44.651.374	47.122.687	55.263.671	62.197.480	-2.471.314	-5%	-17.546.107	-28%
(7) Volume de Negócios ^{b)}		43.837.407	42.655.866	41.079.074	31.554.487	1.181.540	3%	12.282.920	39%
(8) Peso dos Gastos no VN (4)/(5)	Redução em 15% face a 2015	1,02	1,10	1,35	1,97	-0,09	-8%	-0,95	-48%
Comunicações (FSE)	= ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	40.635	47.355	55.612	125.859	-6.719	-14%	-85.224	-68%
Gastos com Deslocações/Alojamento (FSE)	= ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	38.385	56.531	19.762	36.923	-18.146	-32%	1.462	4%
Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	= ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	4.823	1.143	411	21.199	3.680	322%	-16.376	-77%
Número Total de RH (OS+CD+trabalhadores)		93	91	96	n.a.	2	2%	n.a.	n.a.
N.º Órgãos Sociais (OS)		8	8	8	n.a.	0	0%	n.a.	n.a.
N. Cargos de Direção (CD)		13	12	12	n.a.	1	8%	n.a.	n.a.
N. Trabalhadores (sem OS e sem CD)		72	71	76	n.a.	1	1%	n.a.	n.a.
N.º Trabalhadores / N.º CD		5,54	5,92	6,33	-	-0,38	-6%	-	-
N.º Viaturas	Redução face ao ano anterior	31	31	30	n.a.	0	0%	n.a.	n.a.
Gastos com Viaturas ^{c)}	ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	216.752	226.354	232.804	n.a.	-9.602	-4%	n.a.	n.a.

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC+FSE+Gastos com Pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão nem o efeito da reversão das reduções remuneratórias (2015 - artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de setembro; 2016 - artigo 2.º da Lei 159-A/2015, de 30 de dezembro)

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Constata-se que são cumpridas as orientações referentes a:

- Redução dos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal face a 2010, que contraem 26% face aos 15% previstos na orientação;
- Redução dos gastos com comunicações relativamente ao gasto incorrido nos exercícios de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor).

- Redução dos gastos associados à frota automóvel relativamente ao gasto incorrido nos exercícios de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor).

Constata-se que não são cumpridas as orientações referentes à redução, relativamente ao gasto incorrido nos exercícios de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor), dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento. Com efeito, não foi possível compatibilizar a defesa, a prazo, da qualidade do serviço prestado e da sustentabilidade deste com a redução preconizada desses gastos. Não obstante, reduziram-se mais de 20% em relação ao ano anterior.

Não foi igualmente assegurada a redução do número de veículos que compõem a frota automóvel (preconizada na alínea b) do n.º 3 do art.º 96 do Decreto Lei de Execução Orçamental de 2016) já que esse número se manteve constante, pelos motivos expostos no ponto anterior.

Limites de endividamento

A tabela seguinte apresenta a evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento no período 2012 - 2016:

Anos	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos Financeiros (€)	105 792 758	105 882 768	97 910 095	108 207 515	149 081 361
Taxa Média de Financiamento	3,13%	3,23%	3,05%	3,59%	5,56%

A tabela seguinte apresenta a evolução do passivo remunerado entre 2013 e 2016, verificando-se que aumenta regularmente sobretudo devido ao refinanciamento dos encargos financeiros, que são pagos através de aumentos desse passivo:

Passivo Remunerado (€)	2016	2015	2014	2013	Var 16/15	
					Valor	%
Financiamentos obtidos	3 375 907 840	3 310 426 982	3 217 393 740	3 176 636 380	65 480 859	2,0%
... dos quais concedidos pela DGTF	2 106 867 973	1 984 805 497	1 787 909 688	1 513 398 173	122 062 476	6,1%
Aumentos capital por dotação	0	0	0	0	0	-
Aumentos de capital por conversão créditos	0	0	0	0	0	-
Endividamento ajustado	3 375 907 840	3 310 426 982	3 217 393 740	3 176 636 380	65 480 859	2,0%

Prazo médio de pagamento a fornecedores e pagamentos em atraso

O prazo médio de pagamento (PMP), calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, alterada pelo Despacho n.º 9870/2009, apresenta uma subida em 2016 para um valor de 74 dias. Esta subida deve-se ao não pagamento das faturas emitidas pelo subconcessionário do Sistema de Metro Ligeiro durante o segundo trimestre, por falta do visto do Tribunal de Contas ao 5.º Aditamento ao contrato. Essas faturas foram pagas no início do 3.º trimestre.

PMP	2016	2015	Var 16/15	
			Valor	%
Prazo (dias)	74	63	11	17,5%

Handwritten signature and initials in blue ink.

A posição dos pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2016, nos termos do Decreto-Lei 65-A/2011, de 17 de maio, é a seguinte:

Dividas Vencidas (valores em euros)	0-90 dias	Dividas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	264 386,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Aq. de Capital	71,26	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	264 458,08	0,00	0,00	0,00	0,00

Os pagamentos em atraso no final de 2015 ascendiam a 12,8 mil euros, pelo que se observa a anulação do seu valor em 2016.

Recomendações dos acionistas aquando da aprovação das contas de 2015

Na Assembleia Geral realizada a 30 de Maio de 2016, o representante do acionista Estado, em declaração de voto, recomendou *“o cumprimento das orientações do acionista Estado quanto: a) à redução do prazo médio de pagamentos até ao limite de 45 dias determinado no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas, ainda que o mesmo tenha vindo a diminuir; b) a não atribuição de cartão de crédito aos administradores, conforme determina o artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; c) a elaboração do relatório anual de prevenção da corrupção, conforme a Recomendação nº 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção.”*.

Quanto à alínea a), a análise das orientações recebidas e resultados alcançados em 2016 foi já apresentada neste relatório. Quanto à alínea b), existe um cartão de crédito atribuído ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, utilizado exclusivamente em despesas da Empresa. Quanto à alínea c), a recomendação em causa não foi ainda satisfeita.

Orientações sobre remunerações

Foram integralmente cumpridas as orientações recebidas e aplicadas aos órgãos sociais, auditor externo e aos trabalhadores.

Nos termos do Art.º 41º da Lei do Orçamento de Estado, não foram atribuídos prémios de gestão relativos a exercícios anteriores, bem como não é proposto à Assembleia Geral a atribuição de prémios de gestão relativos ao exercício de 2016.

No ano de 2016 foram aplicados os cortes remuneratórios previstos no:

- Art.º 12º da Lei 12-A/2010 de 30 de junho, o qual estipula que “A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excecional em 5%”;
- Art.º 4º da Lei 75/2014, de 12 de setembro, que reverteu em 20% os cortes remuneratórios aplicáveis de setembro a dezembro de 2014, decorrentes do mesmo diploma (Art.º 2); e
- Art.º 2º da Lei 159-A/2015, de 30 de dezembro, que estabeleceu as regras para a extinção da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

Não existe na Metro do Porto nenhum benefício de complemento de pensões atribuído aos seus colaboradores.

As tabelas previstas no Ofício nº 1269-DGTF, de 27 de fevereiro de 2017, referentes à remuneração dos órgãos sociais são apresentadas na Nota 32 do Anexo ao Balanço e Demonstrações de Resultados, e de seguida reproduzidas:

Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor após reduções (4)=(1)-(2)+(3)
2012-2014(*)	Presidente da Mesa da Assembleia geral	Valentim dos Santos de Loureiro	575	575	0	0	575
	Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro	470	470	0	0	470
	Secretário	Luís Artur Miranda Guedes Bianchi de Aguiar	375	375	0	0	375

(*) Mandato prorrogado até janeiro de 2016

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor Bruto Final
				(1)	(2)	(3)	(4) = (1)-(2)+(3)
2016-2018	Presidente da Mesa da Assembleia geral	Guilherme Manuel Lopes Pinto	575,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro	470,00	1 410,00	0,00	0,00	1 410,00
	Secretário	Jorge Miguel Ósorio de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães	375,00	1 123,93	0,00	0,00	1 123,93

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			Nº Mandatos
Início-Fim			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2012-2014(*)	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	João Velez Carvalho	D	13-jul-12	Sim			1
	Vogal Executivo	António José Lopes	D	13-jul-12	Sim			1
	Vogal não Executivo	Rui Miguel Faria de Sá Pinto ¹	D	13-jul-12	Sim			1
	Vogal não Executivo	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	D	13-jul-12	Sim	BPI	Origem	1
	Vogal não Executivo	António Domingos da Silva Tiago	Cooptação	12-nov-14	Sim	Câmara Municipal da Maia	Origem	1
	Vogal não Executivo	Marco André dos Santos Martins Lopes ²	Cooptação	30-nov-15	Sim	Câmara Municipal de Gondomar	Origem	1

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - previsto no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(*) Mandato prorrogado até janeiro de 2016

¹ Em 03 de março de 2014, informou que, por Despacho n.º 3450-A/2014 foi nomeado para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do IAPMEI, ficando a acumular as 2 funções, motivo pelo qual deixou de auferir remunerações na MP.

² Na reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro de 2015 foi nomeado por cooptação para preencher o lugar da Dra. Joana Fernanda Ferreira Lima

Metro do Porto, S.A.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			Nº Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Jorge Moreno Delgado	D	25-jan-16	Sim			2
	Vogal Executivo	Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	D	25-jan-16	Sim			1
	Vogal não Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	D	25-jan-16	Sim			1
	Vogal não Executivo	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	D	25-jan-16	Sim	BPI	Origem	2
	Vogal não Executivo	António Domingos da Silva Tiago	D	25-jan-16	Sim	Câmara Municipal da Maia	Origem	2
	Vogal não Executivo	Marco André dos Santos Martins Lopes	D	25-jan-16	Sim	Câmara Municipal de Gondomar	Origem	2

(1) indicar Resolução [R]/AG/DUE/Despacho [D]

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - previsto no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora [O-Origem/D-Destino]

Membro do CA Mandato 2012-2014	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
(Nome)	(Identificar)	(Identificar)	(Público/Privado)
João Velez Carvalho	TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Presidente Não Executivo do Conselho de Administração	Público
António José Lopes	STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Vogal não Executivo do Conselho de Administração	Público
	Metro do Porto Consultoria – Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Porto Digital	Vogal do Conselho de Administração	Associação
	ATC - Porto Tours	Presidente do Conselho Fiscal	Associação
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	IAPMEI, I.P.	Vogal do Conselho Diretivo	Público
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Banco BPI	Diretor do Centro de Empresas	Privado
António Domingos Silva Tiago	Câmara Municipal da Maia	Vice-presidente	Público
	Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Vogal do Conselho de Administração	Público
Marco André dos Santos Martins Lopes	Câmara Municipal de Gondomar	Presidente	Público
	Grupo de Transportes e Mobilidade da Área Metropolitana do Porto	Coordenador	Público
	Comissão Distrital de Proteção Civil	Presidente	Público
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Vogal do Conselho Diretivo	Público

Metro do Porto, S.A.

Membro do CA Mandato 2016-2018	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
(Nome)	(Identificar)	(Identificar)	(Público/Privado)
Jorge Moreno Delgado	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Presidente Não Executivo do Conselho de Administração	Público
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Metro do Porto Consultoria - Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Nortrem - Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Porto Digital	Vogal do Conselho de Administração	Associação
Tiago Filipe da Costa Braga	STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso	Presidente da Mesa da Assembleia	Público
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Banco BPI	Diretor do Centro de Empresas	Privado
António Domingos Silva Tiago	Câmara Municipal da Maia	Vice-presidente	Público
	Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Vogal do Conselho de Administração	Público
Marco André dos Santos Martins Lopes	Câmara Municipal de Gondomar	Presidente	Público
	Grupo de Transportes e Mobilidade da Área Metropolitana do Porto	Coordenador	Público
	Comissão Distrital de Proteção Civil	Presidente	Público
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Vogal do Conselho Diretivo	Público

Membro do CA Mandato 2012-2014	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
João Velez Carvalho	Sim	Empresa do Grupo B	4 864,34	1 945,74
António José Lopes	Sim	Empresa do Grupo B	3 891,47	1 556,59
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0
António Domingos da Silva Tiago	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0
Marco André dos Santos Martins Lopes	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0

Nota:

EGP – Estatuto do Gestor Público

[Handwritten signature and initials]

Metro do Porto, S.A.

Membro do CA Mandato 2016-2018 (Nome)	EGP			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento Mensal	Despesas Representação
Jorge Moreno Delgado	Sim	Empresa do Grupo B	4 864,34	1 945,74
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Sim	Empresa do Grupo B	3 891,47	1 556,59
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0
António Domingos da Silva Tiago	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0
Marco André dos Santos Martins Lopes	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público

Membro do CA Mandato 2012-2014 (Nome)	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) = (3) - (4) + (5)
João Velez Carvalho	6 012,86	21 471,15	27 484,01	871,86	228,49	26 840,64
António José Lopes	4 810,29	14 575,09	19 385,38	695,54	182,01	18 871,84
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	0	0	0,00	0		0
Joana Fernanda Ferreira de Lima	0	0	0,00	0		0
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	1 088,40	0	1 088,40	48,64	0,00	1 039,76
António Domingos Silva Tiago	0	0	0,00	0		0
Marco André dos Santos Martins Lopes	0	0	0,00	0		0
			47 957,78	1 616,04	410,50	46 752,24

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento +despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias)

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015 de 30 de dezembro

Membro do CA Mandato 2016-2018 (Nome)	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversão Remuneratória (5)	Valor Bruto Final (6) = (3) - (4) + (5)
Jorge Moreno Delgado	86 366,11	5 873,81	92 239,92	12 478,17	5 824,86	85 586,61
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	69 081,91	5 163,03	74 244,94	9 928,49	4 624,15	68 940,60
Tiago Filipe da Costa Braga	0,00	0	0,00	0,00		0,00
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	12 434,51	0	12 434,51	535,04	0,00	11 899,47
António Domingos da Silva Tiago	0,00	0	0,00	0,00		0,00
Marco André dos Santos Martins Lopes	0,00	0	0,00	0,00		0,00
			178 919,36	22 941,70	10 449,02	166 426,68

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento +despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias)

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015 de 30 de dezembro

Metro do Porto, S.A.

Membro do CA Mandato 2012-2014 (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
João Velez Carvalho	6,41	89,74	Seg. Social	4 406,79	0	0	Seguro A.T.	198,88
António José Lopes	6,41	70,51	Seg. Social	4 487,66	62,95	0	Seguro A.T	139,89
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	n.a	0	Seg. Social	246,94	0	0	Seguro A.T	7,96
António Domingos Silva Tiago	n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0
Marco André dos Santos Martins Lopes	n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0
		160,25		9 141,39	62,95	0		346,73

Membro do Mandato 2016-2018 (Nome)	CA	Benefícios Sociais (€)							
		Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
		Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Jorge Moreno Delgado		6,41	1 410,20	CGA	20 360,86	805,85	0	Seguro A.T.	642,47
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes		6,41	1 435,84	Seg. Social	16 407,45	678,6518	0	Seguro A.T	519,73
Tiago Filipe da Costa Braga		n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves		n.a	0	Seg. Social	2 826,09	0	0	Seguro A.T	95,56
António Domingos da Silva Tiago		n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0
Marco André dos Santos Martins Lopes		n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0
			2 846,04		39 594,40	1 484,50	0,00		1 257,76

Membro do CA Mandato 2012-2014 (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
João Velez Carvalho	80	36,56	
António José Lopes	80	47,63	
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	0	0	
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0	0	
António Domingos Silva Tiago	0	0	
Marco André dos Santos Martins Lopes	0	0	
		84,19	

[Handwritten signature and initials]

Metro do Porto, S.A.

Membro do CA Mandato 2016-2018 (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Jorge Moreno Delgado	80	383,30	
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	80	256,82	
Tiago Filipe da Costa Braga	0	0	
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0	0	
António Domingos da Silva Tiago	0	0	
Marco André dos Santos Martins Lopes	0	0	
		640,12	

Membro do CA Mandato 2012-2014 (Nome)	Encargos com Viaturas (€)								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (I)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	(S/N)	(S/N)	(€)	(Identificar)			(€)	(€)	(N.º)
João Velez Carvalho	S	S	69 967	Aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
António José Lopes	S	S	61 500	Aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	N								
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	N								
António Domingos da Silva Tiago	N								
Marco André dos Santos Martins Lopes	N								

(I) aquisição;
ALD: Leasing ou outra

Membro do CA Mandato 2016-2018 (Nome)	Encargos com Viaturas (€)								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (II)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	(S/N)	(S/N)	(€)	(Identificar)			(€)	(€)	N.º
Jorge Moreno Delgado	S	S	69 967	Aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	S	S	61 500	Aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Tiago Filipe da Costa Braga	N								
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	N								
António Domingos da Silva Tiago	N								
Marco André dos Santos Martins Lopes	N								

(II) aquisição;ALD:Leasing ou outra

Metro do Porto, S.A.

Membro do CA Mandato 2012-2014 (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
João Velez Carvalho	486,44	136,92	93,8	230,72	
António José Lopes	389,15	247,26	34,35	281,61	
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	0	0	0	0,00	
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0	0	0	0,00	
António Domingos Silva Tiago	0	0	0	0,00	
Marco André dos Santos Martins Lopes	0	0	0	0,00	
				512,33	

Membro do CA Mandato 2016-2018 (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Jorge Moreno Delgado	486,44	3 117,01	1443,30	4560,31	
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	389,15	2 515,53	454,65	2970,18	
Tiago Filipe da Costa Braga	0	0	0	0,00	
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0	0	0	0,00	
António Domingos da Silva Tiago	0	0	0	0,00	
Marco André dos Santos Martins Lopes	0	0	0	0,00	
				7 530,49	

Membro do CA Mandato 2012-2014 (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
João Velez Carvalho	0	0	0	Refeições	0	0
António José Lopes	0	0	0	Refeições	0	0
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	0	0	0	0	0	0
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0	0	0	0	0	0
Aires Henrique do Couto Pereira	0	0	0	0	0	0
António Domingos Silva Tiago	0	0	0	0	0	0
						0

Membro do CA Mandato 2016-2018 (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Jorge Moreno Delgado	306,78	107,50	0	Refeições	1 650,08	2 064,36
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	0	196,00	0	Refeições	193,90	389,90
Tiago Filipe da Costa Braga	0	0	0	0	0	0
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0	0	0	0	0	0
António Domingos da Silva Tiago	0	0	0	0	0	0
Marco André dos Santos Martins Lopes	0	0	0	0	0	0
						2 454,26

Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2012- 2014(*)	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	Despacho	13-jul-12	1 362,01	1
	Vogal Efectivo	Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira	Despacho	13-jul-12	969,5	1
	Vogal Efectivo (ROC)	Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC"	Despacho	13-jul-12	0	1
	Vogal suplente (ROC)	José Rodrigues de Jesus	Despacho	13-jul-12	0	1

(1) indicar AG/DUE/Despacho

(*) Mandato prorrogado, não tendo ainda sido eleito Conselho Fiscal

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor Final
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1)-(2)+(3)
Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	19 068,14	1 770,60	1 239,42	18 536,96
Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira	13 573,03	0,00	0,00	13 573,03
				32 109,99

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159/A-2015 de 30 de dezembro

Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º anos de funções exercidas na sociedade
(Início-Fim)		Nome	N.º Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2012-2014(*)	Vogal Efetivo	Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC", representada pelo Dr. António Monteiro de Magalhães	SROC n.º 53 ROC n.º 179	20161396	Despacho	13-jul-12	13-jul-12	5	5
	Vogal Suplente	José Rodrigues de Jesus	201						

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

(*) Mandato prorrogado, não tendo ainda sido eleito novo ROC

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais - 2016 (€)				
	Valor	Reduções	Reversão	Valor Final	Identificação do Serviço	Valor	Reduções	Reversão	Valor final
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)		(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)
Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC"	18 387,24	1 838,72	1 287,11	17 835,62	0	0	0	0	0
José Rodrigues de Jesus	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo (*)	N.º de anos de funções exercidas na sociedade (*)
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183	9077	10-10-2016	Exercícios de 2016, 2017 e 2018	1	1

(*) De forma consecutiva

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		Remuneração Anual 2015 (€)			
Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	189	9093	03-11-2015	Exercício de 2015	14.000	0	0	14.000
					14.000	0	0	14.000

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais - 2016 (€)				
	Valor	Reduções	Reversão	Valor Final	Identificação do Serviço	Valor	Reduções	Reversão	Valor final
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)		(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	22 400,00	0,00	0,00	22 400,00		0,00	0,00	0,00	0,00

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 59-A/2015 de 30 de setembro

É apurado e divulgado anualmente no Relatório de Sustentabilidade da Empresa, disponível no site da Metro do Porto, a proporção salarial entre géneros e entre quadros técnicos e não técnicos.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A Metro do Porto solicitou em 18 de maio de 2016 a renovação para o ano de 2016 do regime de exceção ao princípio da Unidade de Tesouraria concedida através do Despacho N.º. 2426/13-SET de 19 de dezembro de 2013.

A 25 de julho de 2016 a Empresa foi notificada de tal renovação através do Despacho N.º. 746/16-SEATF, de 15 de julho de 2016, que autoriza a exceção ao princípio da Unidade de Tesouraria, atendendo a que os serviços do IGCP não asseguram a prestação de garantias bancárias ou qualquer outra operação de financiamento de curto ou médio prazo, nem a recolha de fundos ou a celebração de qualquer tipo de contrato de locação. Refere ainda o despacho que no que respeita aos restantes serviços bancários, a Empresa deverá recorrer aos do IGCP, o que já se verificava à data de tal despacho, exceto quanto ao uso de cheques, os quais são utilizados excecionalmente para reposição do fundo de maneo da Empresa. Portanto, é cumprido o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

Fatores chave de que dependem os resultados da Empresa

Em geral e em termos prospetivos, e além dos já citados, podem considerar-se como principais fatores chave para os resultados da Empresa:

- A preocupação constante com a satisfação dos clientes, através da prestação de um serviço de qualidade e respetivo controlo;
- A boa gestão e controlo dos recursos da Empresa e dos processos internos e externalizados;
- Uma política de investimento congruente com os objetivos estratégicos.

Contrato de serviço público

Esse contrato define as obrigações de prestação de serviço pela Metro do Porto, as penalidades em caso de incumprimento dessas obrigações e estipula a inexistência de compensações financeiras pelo seu cumprimento. Não são regulados no seu âmbito as responsabilidades relativas à Dívida Histórica da MP, as responsabilidades relativas ao investimento na construção de infraestruturas civis e sistemas técnicos, as responsabilidades relativas às componentes da Grande Manutenção referentes às infraestruturas civis e aos sistemas técnicos, nem finalmente o serviço de transporte prestado pela Empresa relativo ao Funicular de Guindais. Para mais detalhe sobre o mesmo consultar o ponto F do Relatório.

III. Estrutura de capital

1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e possam conduzir a eventuais restrições.

O capital social é representado por 1.500.000 ações de valor nominal de 5 euros (todas da mesma categoria, não existindo direitos preferenciais), distribuído da seguinte forma:

Acionista	Ações	% Acionista
Estado	600.000	40,0%
Área Metropolitana do Porto ¹	600.000	40,0%
STCP	250.000	16,7%
CP	50.000	3,3%

¹ Incluindo Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, com uma participação no capital social de 1 ação.

Não se registou qualquer modificação no capital ou na estrutura acionista no exercício de 2016.

As ações são obrigatoriamente escriturais e nominativas. A transmissão de participações sociais está dependente de despacho conjunto dos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Tutela setorial. Contudo é livre entre cada um dos dois grupos de acionistas, estado e Área Metropolitana do Porto.

O acordo parassocial prevê este mesmo regime limitativo da transmissão de ações.

Além disso, o acordo parassocial, relativamente à possibilidade de a Área Metropolitana do Porto poder distribuir ações do seu lote pelos municípios, prevê uma restrição adicional, sendo que, nos termos do n.º 3 do art.º 2.º daquele acordo, a transmissão de ações só será eficaz perante os restantes sócios se o município transmissário tiver subscrito a declaração prevista no art.º 11 do acordo parassocial ou se este vier a declarar, nos mesmos termos aí indicados, que adere ao acordo.



IV.Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) nos seus artigos 447.º e 448.º (vide alíneas a) e b) do n.º1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.

4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade.

As participações detidas pela Metro do Porto, S.A. resultam da atividade da empresa, nomeadamente para a implementação de uma operação de financiamento da aquisição da frota de material circulante (Nortrem e MP Consultoria), atividade de exploração publicitária do sistema (Transpublicidade) e gestão do sistema de bilhética (TIP).

No ano de 2016 não existiram nem aquisições, nem alienações de participações sociais. No final de 2016 a sociedade possui as seguintes participações:

Sociedade	% capital
TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	33,33%
Metro do Porto Consultoria, Unipessoal, Lda.	100,00%
Nortrem, ACE	0,009%
Transpublicidade, S.A.	40,00%

O Nortrem, ACE e a Metro do Porto Consultoria Unipessoal, Lda. são duas entidades instrumentais criadas no âmbito da operação de locação operacional sobre os veículos Eurotram, sendo a missão da Nortrem a aquisição e locação de equipamento ferroviário. O objeto da Metro do Porto Consultoria Unipessoal, Lda. é o desenvolvimento e participação de projetos económicos relacionados com transportes urbanos (no caso concreto, a referida operação de locação).

A Transpublicidade, S.A. é uma sociedade veículo, para exploração de publicidade em veículos e instalações, da MP e da STCP, em parceria com a MOP – Multimédia Outdoors Portugal, S.A., agência de meios de âmbito nacional, especializada no comércio de redes de *mupis* e *outdoors*, especialmente em sistemas de transportes de passageiros, visando maximizar os resultados a obter desta fonte de receita.

O TIP – Transportes Intermodais ACE implantou e gere o sistema de bilhética comum dos operadores aderentes e define a estrutura de tarifário intermodal comum para os meios de transporte público de passageiros em que se insere o Metro do Porto.

A Metro do Porto participa nas seguintes associações e fundações: UITP - International Association of Public Transport, Alamys - Asociación Latinoamericana de Metros y Subterráneos, AdEPorto - Agência de Energia do Porto, Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, Casa da Música, Fundação de Serralves, Porto Digital e Inegi - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial. A participação da Empresa nessas associações e fundações ocorre sobre a forma de Membro Fundador, Membro dos Órgãos Sociais, Membro participante ou Associada, conforme melhor detalhado no Relatório de Sustentabilidade.

Não existem relações comerciais entre os titulares de participações e a sociedade.

Não existem pessoas singulares titulares de participações qualificadas nas entidades constantes da tabela acima.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Metro do Porto não detêm ações ou obrigações da Empresa nem das suas participadas.

Todas as ações e quotas das entidades constantes da tabela acima são ordinárias integrando uma categoria única que não confere quaisquer direitos especiais aos seus titulares, pelo que o número de votos corresponde ao número de ações.



V. Órgãos Sociais e Comissões

A entidade deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro). Desta forma, deve ser explicitada a composição dos órgãos.

Nos termos do n.º 1 alínea b) do artigo 14.º dos Estatutos da Metro do Porto S.A. compete à Assembleia Geral eleger os órgãos sociais e seus titulares. Assim, o ponto 8 da ordem de trabalhos da Assembleia Geral de 26 de Maio de 2015 previa *"deliberar sobre a eleição dos Membros dos Órgãos Sociais para o triénio 2015-2017"*, no entanto, o representante do acionista Estado propôs *"a não deliberação deste ponto da ordem de trabalhos por não se encontrarem reunidas as condições para o efeito"*, nessa sequência e uma vez que, não havia sido apresentada à mesa qualquer lista para preenchimento dos cargos dos Órgãos Sociais para o triénio 2015-2017, o Senhor Presidente da Mesa referiu que *"ficava a deliberação sobre este ponto prejudicada"*.

Na reunião da Assembleia Geral de 25 de janeiro de 2016 foram eleitos os órgãos sociais para o mandato do triénio 2016 a 2018, com a manutenção do modelo de governo da sociedade. Não se procedeu, nessa Assembleia Geral, à eleição dos elementos do Conselho Fiscal, pelo que os seus membros se mantêm em funções.

A. Assembleia Geral

1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Até 25 de janeiro de 2016, a composição da Mesa da Assembleia Geral foi a aprovada em reunião deste órgão de julho de 2012. Na Assembleia Geral realizada nessa data, a composição foi alterada, passando a ser. Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto (Presidente), saindo o Senhor Major Valentim dos Santos de Loureiro; Prof. Alberto João Coraceiro de Castro (Vice-Presidente); Dr. Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães (Secretário), saindo o Senhor Dr. Luís Artur de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar

A remuneração fixada anual reportada na tabela infra corresponde ao valor da senha de presença atribuída aquando da realização de cada Assembleia Geral.

Metro do Porto, S.A.

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor após reduções
				(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
2012-2014(*)	Presidente da Mesa da Assembleia geral	Valentim dos Santos de Loureiro	575,00	575,00	0,00	0,00	575,00
	Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro	470,00	470,00	0,00	0,00	470,00
	Secretário	Luís Artur Miranda Guedes Bianchi de Aguiar	375,00	375,00	0,00	0,00	375,00

(*) Mandato prorrogado até janeiro de 2016

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor após reduções
				(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
2016-2018	Presidente da Mesa da Assembleia geral	Guilherme Manuel Lopes Pinto	575,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro	470,00	1,410,00	0,00	0,00	1,410,00
	Secretário	Jorge Miguel Ósorio de Castro Ribeiro de Pinheiro de Magalhães	375,00	1,123,93	0,00	0,00	1.123,93

De acordo com o previsto no nº 2 do artigo 13º dos estatutos, a Assembleia Geral só pode funcionar, quer em primeira quer em segunda convocação, se estiver presente o acionista Estado. O n.º 2 do artigo 14.º dos estatutos impõe ainda que *"as deliberações que importem alterações aos estatutos só podem ser aprovadas com o voto concordante do acionista Estado."*

B.Administração e Supervisão

1. Identificação do modelo de governo adotado.

2. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.

3. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração¹, e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes², ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vide artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

5. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos (vide alínea j) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

¹ Conforme decorre da aplicação do n.º 1 do artigo 278.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 407.º do CSC.

² A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. Quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na entidade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Metro do Porto, S.A.

6. Apresentação de declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

7. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.

8. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade.

9. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente:

a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas;

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, apresentados segundo o formato determinado.

c) Órgãos da entidade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;

d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Com a alteração da estrutura acionista ocorrida a 25 de março de 2008, a Metro do Porto, S.A. passou a integrar o conceito de empresa pública. O Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, contém um conjunto de princípios com o objetivo de fomentar a adoção de modelos de governo que atinjam elevados níveis de desempenho, incluindo a adoção de estratégias concertadas de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental. São também consagrados princípios no que diz respeito à prestação de informação pelas empresas públicas aos cidadãos e contribuintes.

A Metro do Porto é dotada de Conselho de Administração que, nos termos dos seus estatutos – aprovados através do DL n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, com as alterações decorrentes do DL n.º 261/2001, de 26 de setembro e do DL n.º 192/2008, de 01 de outubro e da Assembleia Geral de 13 de julho de 2012 – no seu art.º 18.º, “é composto pelo número de membros que for fixado pela Assembleia Geral até ao máximo de sete, incluindo o presidente”. Portanto, os estatutos preveem um número máximo, mas não um número mínimo de elementos. Em complemento, não obstante os estatutos não preverem um número mínimo de membros para a composição do Conselho de Administração, o acordo parassocial, no seu art.º 4.º, vem dispor que “o conselho de administração da Metro do Porto será composto por um mínimo de três membros efetivos”.

3 Tem-se por desejável ser adequadamente evidenciada a receção das declarações por parte dos destinatários.

4 Deve ser ajustado ao modelo de governo adotado.

5 A informação poderá ser apresentada sob a forma de um quadro.

6 Que incluam ou tenham a participação de elementos do órgão de administração ou supervisão.



As funções de administração cabem ao Conselho de Administração, que delega alguns poderes de gestão na Comissão Executiva, e as funções de fiscalização cabem ao Conselho Fiscal, do qual faz parte um representante da sociedade de revisores oficiais de contas da Empresa, sendo ainda as contas da Metro do Porto auditadas por entidade externa especializada.

Os estatutos, nos seus artigos 12º a 22º, preveem normas relativamente às nomeações dos membros dos órgãos sociais: a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelo Presidente indicado pelo acionista Área Metropolitana do Porto, sendo o Vice-Presidente e o Secretário indicados pelo acionista Estado. O Conselho de Administração é composto por sete membros sendo o Presidente, que também o é da Comissão Executiva, e bem assim o máximo de três vogais (dois executivos e um não executivo) indicados pelo acionista Estado. A Área Metropolitana do Porto tem direito a indicar um máximo de três vogais não executivos. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente indicado pelo acionista Estado que também indica um vogal suplente e por um vogal efetivo indicado pela Área Metropolitana do Porto. O outro vogal efetivo (ROC) é indicado por consenso de ambos.

De acordo com o nº 2 do artigo 12º dos estatutos, os mandatos dos órgãos sociais são de três anos, sendo permitida a sua renovação dentro dos limites previstos na lei. Refere o n.º 3 do referido artigo que os membros dos órgãos sociais permanecem no desempenho das suas funções até à eleição de quem deva substituí-los.

Em Assembleia Geral realizada a 13 de julho de 2012, foram nomeados os órgãos sociais para o triénio 2012 a 2014, com a particularidade de o Presidente do Conselho de Administração e o vogal executivo do Conselho serem também nomeados, respetivamente, como Presidente e vogal não executivos do Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A (STCP).

Registou-se a 12 de novembro de 2014 a substituição de um dos membros não executivos do Conselho de Administração, Senhor Eng.º Aires Henrique do Couto Pereira, que através de carta datada de 16 de outubro de 2014, renunciou ao cargo. O Conselho de Administração no uso das competências previstas no n.º 3 alínea b) do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, na reunião que teve lugar em 12 de novembro de 2014, deliberou preencher o lugar vago no Conselho de Administração, por cooptação, do Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago. Esta cooptação foi ratificada na Assembleia Geral realizada a 26 de maio de 2015.

Registou-se a 30 de novembro de 2015 a substituição de um dos membros não executivos do Conselho de Administração, Senhora Dr.ª Joana Fernanda Ferreira de Lima, que através de carta datada de 26 de novembro de 2015, renunciou ao cargo. O Conselho de Administração no uso das competências previstas no n.º 3 alínea b) do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, na reunião que teve lugar em 30 de novembro de 2015, deliberou preencher o lugar vago no Conselho de Administração, por cooptação, do Senhor Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes. Esta cooptação foi submetida a ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte, já em 2016 (n.º 4 da mesma norma).

Na Assembleia Geral realizada em 25 de janeiro de 2016, foram nomeados os seguintes membros do Conselho de Administração para o triénio 2016-2018: Presidente: Professor Jorge Moreno Delgado; Vogal Executivo: Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes; Vogais não Executivos: Eng. Tiago Filipe da Costa Braga; Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves; Eng. António Domingos Silva Tiago; Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes.

Os membros não executivos são independentes.

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma. (1)	Data	(Identificação Entidade)	Pagadora (O/D)
2012-2014(*)	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	João Velez Carvalho	D	13-jul-12		
	Vogal Executivo	António José Lopes	D	13-jul-12		
	Vogal não Executivo	Rui Miguel Faria de Sá Pinto ¹	D	13-jul-12		
	Vogal não Executivo	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	D	13-jul-12	BPI	Origem
	Vogal não Executivo	António Domingos da Silva Tiago	Cooptação	12-nov-14	Câmara Municipal da Maia	Origem
	Vogal não Executivo	Marco André dos Santos Martins Lopes ²	Cooptação	30-nov-15	Câmara Municipal de Gondomar	Origem

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Legenda:

¹ Em 03 de março de 2014, informou que, por Despacho n.º 3450-A/2014 foi nomeado para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do IAPMEI, ficando a acumular as 2 funções, motivo pelo qual deixou de auferir remunerações na MP.

² Na reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro de 2015 foi nomeado por cooptação para preencher o lugar da Dra. Joana Fernanda Ferreira Lima

Nota:

OPRLO – Opção pela Remuneração de Origem; O/D: Origem/Destino

(*) Mandato prorrogado até janeiro de 2015

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma. (1)	Data	(Identificação Entidade)	Pagadora (O/D)
2016-2018	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Jorge Moreno Delgado	D	25-jan-16		
	Vogal Executivo	Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	D	25-jan-16		
	Vogal não Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	D	25-jan-16		
	Vogal não Executivo	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	D	25-jan-16	BPI	Origem
	Vogal não Executivo	António Domingos da Silva Tiago	D	25-jan-16	Câmara Municipal da Maia	Origem
	Vogal não Executivo	Marco André dos Santos Martins Lopes	D	25-jan-16	Câmara Municipal de Gondomar	Origem

Legenda:

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nota:

OPRLO – Opção pela Remuneração de Origem; O/D: Origem/Destino

A informação curricular detalhada dos membros do Conselho de Administração é a seguinte:

Presidente: Dr. João Velez Carvalho

Presidente Não Executivo do Conselho de Administração da STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A..

Vogal do Conselho de Administração da TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE.

Licenciatura em Finanças, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa [1970].

Mestre em Métodos Quantitativos de Gestão pela Escola de Gestão da Universidade do Porto [2008].

Doutorando em Gestão Industrial na Universidade de Aveiro (2008/2013).

Experiência Profissional

Desde 1975: Professor no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto (área científica de Gestão Estratégica/Professor Adjunto do quadro). Diretor do Mestrado em Logística da Associação de Politécnicos do Norte (2009/2011).

Após 2006: Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica); Direção de projetos de internacionalização.

Vogal Executivo: Dr. António José Lopes

Vogal do Conselho de Administração

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.

Gerente da Metro do Porto Consultoria- Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.

Vogal do Conselho de Administração do TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE

Vogal do Conselho de Administração da Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE.

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto, em 1982.

Pós-Graduação em Gestão para Executivos, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa em 1998/1999.

Experiência Profissional

Desde 21 de dezembro de 2012: Vogal do Conselho de Administração da Associação Porto Digital.

Desde 28 de janeiro de 2013: Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na Região (ATC – Porto Tours).

2010 - 2011: Diretor Geral- Tablestock, Serviços para Hotelaria e Restauração

1998 - 2010: Diretor Central de Compras e Aprovisionamentos e Sistemas de Informação - Vista Alegre Atlantis S.A.

Vogal não Executivo: Eng. Rui Miguel Faria de Sá Pinto

Licenciatura em Engenharia Mecânica, FEUP – Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto (1999)

Mestre em Gestão e Administração de Empresas, Faculdade de Economia e Gestão, UCP - Universidade Católica Portuguesa (2008)

Doutorando em Marketing e Estratégia Faculdade de Economia e Gestão Universidade do Minho (desde 2009)

Experiência Profissional

Desde 2002: Assessor, Auditor e Consultor Independente em Gestão Empresarial, com intervenções nas áreas de: Gestão, Estratégia, Marketing, *Balanced Scorecard*, Controlo de Gestão, Sistema de Gestão de *Performance*, Reengenharia de Processos, Fusões e Reestruturação Empresarial, Gestão da Inovação.

2007 - 2010: Assessor da Administração Grupo CAVEX [CAVEX - Trade & Sourcing, S.A. | CavexConsult, Lda. | FCO, Lda. | RTF, Lda.]

Vogal não Executivo: Dr.ª Joana Fernanda Ferreira de Lima

Licenciatura em Relações Internacionais - Universidade Lusíada do Porto (1999 - 2003)

Experiência Profissional

Desde 2013: Vereadora da Câmara Municipal da Trofa

De 2009 a 2013: Presidente da Câmara Municipal da Trofa

Desde 2011: Membro do Conselho Geral Estratégico da Universidade Lusófona do Porto

De 2010 a 2013: Membro Suplente da Câmara das Regiões do Congresso do Conselho da Europa, Membro do Conselho Geral da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

De 2009 a 2013: Vice-Presidente da Régie Cooperativa VARD2015, Presidente do Conselho de Administração da Trofa-Park, Empresa de Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico, Inovação Empresarial e Gestão de Equipamentos, EEM e Presidente do Conselho Geral da Trofáguas - Serviços Ambientais, EEM

Vogal não Executivo: Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves

Diretor do Centro de Empresas do Banco BPI

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas, na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa (1992 - 1997)

Experiência Profissional

Vereador da Câmara Municipal do Porto

Administrador não Executivo da Porto Vivo

Membro do Conselho Geral da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto;

Membro da Assembleia Intermunicipal da "Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto"

Águas do Porto, EM: Presidente do Conselho de Administração

GOP - Gestão de Obras Públicas, EM: Presidente do Conselho de Administração

Vogal não Executivo: Eng. António Domingos Silva Tiago

Vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia (pelouros: Ambiente e Qualidade de Vida, Urbanismo / Loteamentos, Obras Particulares / Toponímia, Fundos Comunitários e Fundos de Investimento Imobiliário, Relacionamento com Empresas Públicas)

Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Pós-graduação em Alta Direção pela AESE, Associação de Estudos Superiores de Empresa - Escola de Direção e Negócios

Experiência Profissional

Presidente do Conselho de Administração da Maiambiente, E.E.M.

Presidente do Conselho de Administração da Espaço Municipal, E.E.M.

Administrador da Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto
Administrador do Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.
Membro do Conselho Geral da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

Vogal não Executivo: Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes

Licenciatura em Gestão

Experiência Profissional

Desde 2013: Presidente da Câmara Municipal de Gondomar

2005 - 2013: Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto

1999-2005: Técnico de administração tributária da Autoridade Tributária e Aduaneira

Presidente: Professor Jorge Moreno Delgado

2002 Doutoramento em Engenharia Civil pela FEUP-UP

Desde fevereiro de 1995, Professor – Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESTG/IPVC)

1993 Mestrado em Estruturas de Engenharia Civil FEUP-UP

1990 Licenciatura em Engenharia Civil FEUP-UP

Experiência Profissional

2017 -: Vice-Presidente Assembleia Geral Associação Casa da Arquitectura

2016 -: Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

2016 -: Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.

2016 -: Presidente do Conselho de Administração da STCP, S.A.

2008 - 2012: Administrador Executivo da Metro do Porto, S.A.

2004 - 2005: Vice Presidente do Conselho Administrativo e Directivo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão(ESTG) do Instituto Politécnico de Viana (IPVC)

2000 - 2003: Consultor da empresa NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda.

1990 - 1995: Engenheiro Sénior da área das Estruturas e Geotecnia da empresa: NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda.

Vogal Executivo: Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes

1990: Parte Escolar do Mestrado em Gestão de Empresas (Finanças Corporativas, Logística, Planeamento Organização e Controlo, Marketing, Publicidade e Promoções, Gestão de Produção, Gestão de Recursos Humanos, Direito Empresarial), Escola de Gestão do Porto (atual Porto Business School) – Universidade do Porto

1985: Licenciatura em Finanças, Contabilidade, Marketing, Estatística, Contabilidade de Custos, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Experiência Profissional

2016 -: Administrador NORTREM - Aluguer de Material Ferroviário, ACE

2016 -: Gerente Metro do Porto Consultoria, Unipessoal, Lda.

2016 -: Presidente do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.

2016 -: Vogal do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.

2014 - 2015: Chief Financial Officer e Membro do Conselho de Administração, Efacec Capital SGPS, S.A.

2008 - 2012: Chief Financial Officer e Membro do Conselho de Administração, Grupo S.L. - Sardinha & Leite, SGPS, S.A.

1995 - 2008: funções em diversas empresas do Grupo Sonae Indústria onde para além da função específica era também Membro do Comité Executivo (desde 1998) e Adjunto do Conselho de Administração (desde 2001)

2006 - 2008: Chief Operating Officer do “Non Board Business” da SIR - Sonae Indústria de Revestimentos / Grupo Sonae Indústria

2003 - 2006: Responsável pelas Finanças, Área Administrativa e Controlo de Gestão do Grupo Sonae Indústria e pelo acompanhamento da operação Canadiana, Sonae Serviços de Gestão / Grupo Sonae Indústria

2002 - 2003: Chief Financial Officer da Isoroy SA, operação francesa da Sonae Indústria, Isoroy S.A. / Grupo Sonae Indústria - Paris, França

1998 - 2002: Chief Financial Officer da Sonae Indústria e responsável pelo acompanhamento das operações Canadiana e Sul-Africana, Sonae Indústria S.A. / Grupo Sonae Indústria

1996 - 1998: Chief Executive Officer da Sonae South Africa (Pty) Ltd e Membro do Conselho de Administração da Tafibra Zimbabwe (Pvt) Ltd.

1995 - 1996: Diretor Financeiro da Sonae Indústria, SGPS, S.A. e responsável pela elaboração do projeto de instalação de uma unidade industrial na África do Sul, Sonae Indústria S.A. / Grupo Sonae Indústria

Dezembro 1994 – março 1995: Membro da equipa de projeto para a Globalização do Negócio da Sonae Indústria, Modelo Hiper, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)

1993 - março 1995: Diretor de Finanças e Controlo de Gestão da Modelo Hiper, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)

1991 - 1993: Diretor de Finanças e Controlo de Gestão da Modis - Distribuição Centralizada, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)

Outubro 1990 - 1991: Diretor de Controlo de Gestão da Área Estratégica de Negócio Sonae Distribuição (atualmente Continente) e Diretor Administrativo e Financeiro da Sonae Comércio e Serviços, Sonae Comércio e Serviços, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)

1988 - 1989: Diretor Administrativo e Financeiro, ARPI – Sociedade Exportadora de Confeções

1986 - 1988: Analista – Área Financeira e Económica, Banco Borges & Irmão (Porto)

Vogal não Executivo: Eng. Tiago Filipe da Costa Braga

Licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

Pós Graduação em Política e Gestão Ambiental pela Universidade de Aveiro

Experiência Profissional

2016 -...: Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da Empresa Metro do Porto, S.A.
2016 -...: Vogal Executivo do Conselho de Administração da STCP, S.A.
2016 -...: Vogal do Conselho de Administração da OPT - Otimização e Planeamento de Transportes, S.A.
2016 -...: Vogal do Conselho de Administração da Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.
2013 - 2016: Vogal Executivo do Conselho de Administração da Empresa Municipal Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM, S.A.
2013 - 2013: Chefe de Gabinete Presidente da Câmara de Vila de Nova de Gaia
2005 - 2013: Responsável Operacional / JOT, Gestor Técnico, Operacional e Auditor Coordenador (Mais de 1000 dias de Auditorias Realizadas) da LUSAENOR - Sucursal em Portugal da Associação Espanhola de Normalização e Certificação
2002 - 2005: Gestor Desenvolvimento e Produto APCER - Associação Portuguesa de Certificação
2000 - 2002: Técnico no Departamento de Assistência Técnica às Empresas da AEP - Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio de Industria

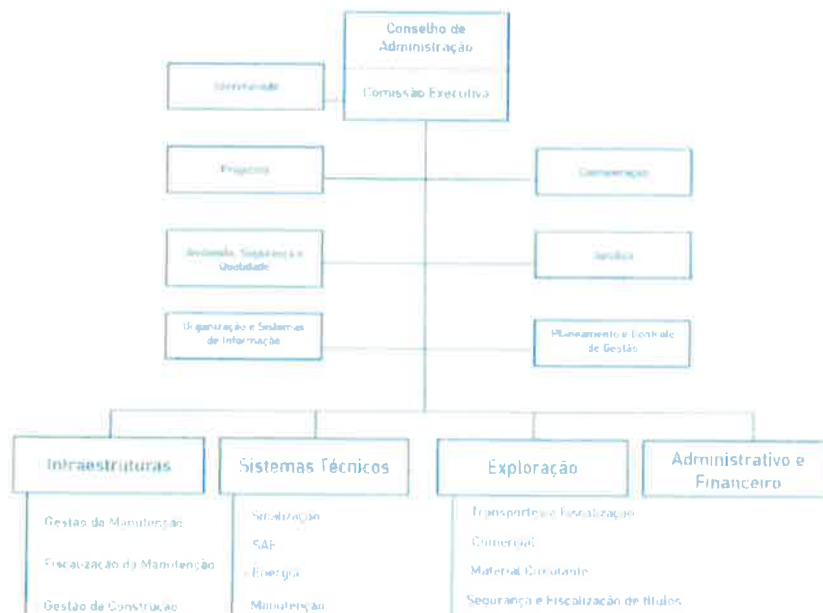
É apresentada em anexo a este relatório declaração assinada pelos membros do órgão de administração prevista no artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013.

Não existem relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas.

Por deliberação do Conselho de Administração tomada na reunião de 29 de janeiro de 2016 foram delegadas na Comissão Executiva diversas competências para gestão corrente da sociedade e prática de quaisquer atos e contratos até ao valor de 500.000,00 euros, tendo o Conselho de Administração reservado para si algumas matérias.

Não ocorreu no exercício qualquer alteração de estrutura organizativa da sociedade.

Metro do Porto, S.A.



Durante o exercício de 2016 realizaram-se 24 reuniões do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA., com o seguinte registo de presenças:

Nome	Órgão Social	Reuniões	Presenças
Jorge Moreno Delgado	Conselho de Administração	23	23
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Conselho de Administração	23	22
Tiago Filipe da Costa Braga	Conselho de Administração	23	21
João Velez Carvalho	Conselho de Administração	1	1
António José Lopes	Conselho de Administração	1	1
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	Conselho de Administração	1	1
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Conselho de Administração	24	22
António Domingos Silva Tiago	Conselho de Administração	24	17
Joana Fernanda Ferreira de Lima	Conselho de Administração	1	0
Marco André dos Santos Martins Lopes	Conselho de Administração	24	18

Realizaram-se no mesmo período 38 reuniões da Comissão Executiva da Metro do Porto, SA., nas quais participaram sempre os seus dois membros.

[Handwritten signatures and initials]

Metro do Porto, S.A.

Os membros do Conselho de Administração desempenham, para além do cargo exercido na Metro do Porto, as seguintes funções:

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
			(Público/Privado)
João Velez Carvalho	TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Presidente Não Executivo do Conselho de Administração	Público
António José Lopes	STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Vogal não Executivo do Conselho de Administração	Público
	Metro do Porto Consultoria – Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Porto Digital	Vogal do Conselho de Administração	Associação
	ATC - Porto Tours	Presidente do Conselho Fiscal	Associação
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	IAPMEI, I.P.	Vogal do Conselho Diretivo	Público
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Banco BPI	Diretor do Centro de Empresas	Privado
António Domingos Silva Tiago	Câmara Municipal da Maia	Vice-presidente	Público
	Maambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Vogal do Conselho de Administração	Público
Marco André dos Santos Martins Lopes	Câmara Municipal de Gondomar	Presidente	Público
	Grupo de Transportes e Mobilidade da Área Metropolitana do Porto	Coordenador	Público
	Comissão Distrital de Proteção Civil	Presidente	Público
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Vogal do Conselho Diretivo	Público

Metro do Porto, S.A.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
			(Público/Privado)
Jorge Moreno Delgado	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Presidente Não Executivo do Conselho de Administração	Público
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Metro do Porto Consultoria - Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Nortrem - Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Porto Digital	Vogal do Conselho de Administração	Associação
Tiago Filipe da Costa Braga	STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso	Presidente da Mesa da Assembleia	Público
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Banco BPI	Diretor do Centro de Empresas	Privado
António Domingos Silva Tiago	Câmara Municipal da Maia	Vice-presidente	Público
	Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Vogal do Conselho de Administração	Público
Marco André dos Santos Martins Lopes	Câmara Municipal de Gondomar	Presidente	Público
	Grupo de Transportes e Mobilidade da Área Metropolitana do Porto	Coordenador	Público
	Comissão Distrital de Proteção Civil	Presidente	Público
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Vogal do Conselho Diretivo	Público

O órgão competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Assembleia Geral. Não existem critérios pré-determinados.

Para além da Comissão Executiva, não existem outras comissões no Conselho de Administração.

C.Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou). Informação a apresentar segundo o formato determinado.

2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC.

Metro do Porto, S.A.

3. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.

4. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:

a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro, apresentados segundo o formato determinado.

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício;

c) Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo;

d) Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

De acordo com o artigo 24º dos estatutos a fiscalização da Sociedade era atribuída ao Conselho Fiscal, no qual teria assento o Revisor Oficial de Contas da Empresa. A atual composição foi deliberada em Assembleia Geral realizada em 13 de julho de 2012. O Conselho Fiscal é composto por três elementos efetivos e um suplente. O Presidente foi indicado pelo acionista Estado que também indicou um vogal suplente. A Área Metropolitana do Porto indicou um vogal efetivo. O outro vogal efetivo (ROC) foi indicado por consenso de ambos.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)
			Forma ⁽¹⁾	Data	
2012-2014 (*)	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	Despacho	13-jul-12	1.362,01
	Vogal Efetivo	Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira	Despacho	13-jul-12	969,5
	Vogal Efetivo (ROC)	Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC"	Despacho	13-jul-12	0
	Vogal suplente (ROC)	José Rodrigues de Jesus	Despacho	13-jul-12	0

(*) Mandato prorrogado, não tendo ainda sido eleito Conselho Fiscal

Em Assembleia Geral realizada em 18 de julho de 2016 foi deliberada e aprovada alteração ao artigo 24.º dos Estatutos da Metro do Porto. Nessa Assembleia Geral a sociedade adotou o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais, ou seja, o Órgão de Fiscalização será necessariamente composto por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que não seja membro daquele órgão.

O artigo 24.º dos Estatutos da Sociedade com a epígrafe "Composição" passou a ter a seguinte redação:

1 — A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro do Conselho Fiscal, eleitos em Assembleia Geral por um período de três anos.

2 — O Conselho Fiscal é constituído por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente.

3 — Revogado.

4- O acionista Estado tem direito a indicar o presidente e um vogal efetivo do Conselho Fiscal, tendo a acionista Área Metropolitana do Porto direito a indicar outro vogal efetivo e o vogal suplente

Após a alteração acima indicada não se procedeu, à eleição dos elementos do Conselho Fiscal, pelo que os seus membros se mantêm em funções.

Relativamente a cargos e outras atividades exercidas pelos membros do Conselho Fiscal, remetemos para a informação curricular. Quanto a procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo e outras funções dos órgãos de fiscalização, considera-se não aplicável.

Apresenta-se, de forma resumida, informação curricular dos membros do Conselho Fiscal.

Presidente: Dr.ª Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1983

Pós-graduação em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos, pela Universidade Autónoma de Lisboa, 2000

Curso conducente ao Mestrado em Gestão e Administração Pública, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006

Experiência Profissional

Na Administração Pública:

Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública - Diretora da Direção de Serviços das Participações do Estado (desde novembro/2007).

Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública - Assessora na área de acompanhamento das empresas do Setor Empresarial do Estado (2006-2007).

INETI - Instituto de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Ministério da Inovação e Tecnologia - Diretora de Serviços, responsável pelas áreas financeira e de património (2003-2005).

INGA - Instituto Nacional de Garantia Agrícola - Ministério da Agricultura - Chefe de Serviço, responsável pela gestão financeira do Instituto (2001-2003).

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças - Ministério das Finanças - Assessora (2000).

IGCP - Instituto de Gestão do Crédito Público - Ministério das Finanças - Técnico Superior do Gabinete de Estudos (1998-2000).

Direção-Geral da Junta do Crédito Público - Ministério das Finanças - Técnico Superior do Gabinete de Estudos (1996-1998).

Direção-Geral do Tesouro - Ministério das Finanças - Chefe de Divisão, responsável pelas Operações Ativas do Estado (1993-1996).

Direção-Geral do Tesouro - Ministério das Finanças - Técnico Superior, na área dos apoios financeiros dos Estado (1983-1993).

Outras:

Presidente do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A. (mandatos 2007-2009 e 2012-2014, continuando a assegurar o cargo).

Presidente do Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E. (mandato 2015-2017)
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Carris, S.A. (mandatos 2012-2014 e 2015-2017).
Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Docapesca - Portos e Lotas, S.A. (mandatos 2007-2009, 2012-2014 e 2015-2017).
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Empordef, S.A. (mandatos 2007-2009 e 2011-2013, continuando a assegurar o cargo).
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (mandatos 2008-2010, 2012-2014 e 2015-2017).
Vogal do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (mandato 2011-2013, continuando a assegurar o cargo).
Secretária da Mesa da Assembleia-Geral da EP - Estradas de Portugal, S.A. (mandatos 2007-2009, 2010-2012 e 2012-2014)
Vogal do Conselho Fiscal da CTT Correios de Portugal, S.A. (2012 e 2013).
Vogal Suplente do Conselho Fiscal da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. (2012 e 2013).
Vogal suplente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (mandato 2010-2012)
Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (mandato 2007-2009)
Membro do Conselho Consultivo da Portugal Vela 2007, S.A. (2006-2007)

Vogal: Dr. Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira

Master of Business Administration pela Porto Business School, 2013
Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2000.

Experiência Profissional:

MICROSOFT – Diretor Administração Pública Local SMS&P (desde março 2014)
Câmara Municipal de Matosinhos – Vice-Presidente (2005-2013)
LIPOR – membro do Conselho de Administração (2005-2013)
MatosinhoSport, EEM – Presidente do Conselho de Administração (2009-2013)
Outras:
Metro do Porto, S.A. – vogal do conselho fiscal (mandato 2012/14)
Fundação Júlio Resende – membro do Conselho de Administração (desde janeiro 2015)
Cruz Vermelha Portuguesa, delegação de Matosinhos – Vice-Presidente (2005-2013)
ADEIMA – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos (2010-2013)

Vogal: Dr. António Monteiro de Magalhães

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, em 1969.

Formação Complementar:

Sociedades de Controle "Holdings de Investimento e de aplicação de capitais" no I.N.I.I.-1974
Gestão Financeira da Empresa na Cegoc -1974
Planeamento e Organização da Contabilidade na Cegoc -1977
A Gestão Económica em Clima Inflacionário -FEP -1978
Congresso "Semana do Investidor" na Associação Comercial do Porto -1980

Contabilidade - Diretivas da CEE na Gulbenkian - 1981

Normas reguladoras Participação de empresas portuguesas em concursos internacionais no âmbito de projetos financiados pelo: Banco Mundial, Banco Inter-Americano de Desenvolv., Banco Europeu de Investimentos na Gulbenkian -1981

Apoio da Informática à Gestão da Tesouraria - Time Sharing, Sarl -1981

Congresso Conselho Empresarial do Norte - Associação Comercial do Porto -1982

Curso Desenvolvimento em Gestão Geral no CIFAG - Lisboa -1982

I Ciclo de Atividades de formação (Nível I) - Câmara dos Revisores Oficiais de Contas-1983

Perspetivas Indústria Portuguesa na Fac. de Economia -1983

Frequência de vários cursos de formação profissional organizados, a partir de 1983, pela Câmara/ Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Frequência de vários seminários sobre temas profissionais organizados pela APC - Associação Portuguesa de Contabilistas

Frequência em 2008 do Curso "Normas Internacionais de Contabilidade", pela EGP, atual Porto Business School

Experiência Profissional:

Revisor Oficial de Contas, Membro do Conselho Fiscal ou Fiscal Único desde 1974. Atualmente Revisor, executor ou orientador em várias Sociedades Comerciais, Cooperativas, Agrícolas, Fundações, Instituições Financeiras e outras.

Sócio e Administrador da Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas" desde a sua constituição em 1989.

Membro do Conselho Fiscal das sociedades: Montepio Holding, SGPS, S.A., Montepio Investimento S.A. e Cin - Corporação Industrial do Norte, S.A.;

Presidente do Conselho Fiscal da SONAE Capital SGPS, SA;

Presidente do Conselho Fiscal da Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI, S.A. para o mandato de 2013/2015;

Presidente do Conselho Superior da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas no mandato de 2015-2017.

Presidente do Conselho Superior da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas no mandato de 2012-2014.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nos mandatos de 2006-2008 e 2009-2011.

Presidente do Conselho Superior da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nos mandatos de 2000-2002 e 2003-2005.

Vice-Presidente do Conselho Geral da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas no mandato de 1998-2000.

Secretário do Conselho Geral da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas no mandato de 1995-1997.

Membro do Conselho Geral da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas no mandato de 1993-1995.

Membro efetivo da Comissão de Normalização Contabilística em representação da Associação Comercial do Porto, desde 1999 até 2009.

Interveniente como Auditor (ROC) na verificação de pedidos de pagamento dos vários Fundos Europeus.

Atividades Extracurriculares:

Sócio fundador da Associação Portuguesa dos Economistas, atualmente Ordem dos Economistas com o nº 198. E membros da Assembleia Representativa no mandato 2016/2017.

Inscrito na lista dos Revisores Oficiais de Contas, sob o nº 179, desde dezembro de 1973 e membro da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, desde a sua fundação em 1974, atualmente Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Inscrito na CMVM sob o nº 20160038.

Contabilista Certificado inscrito na Direção Geral das Contribuições e Impostos, como Técnico de Contas desde 1965 e Sócio da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, desde a sua constituição, atualmente Ordem dos Contabilistas Certificados.

Sócio da Associação Portuguesa de Contabilistas com o nº 12014.

Docente na Universidade Portucalense no Curso de Pós - Graduação "Recuperação de Empresas e Falência" nos anos de 2000/2001, 2001/2002 e 2002/2003.

Durante o exercício de 2016 realizaram-se 9 reuniões do Conselho Fiscal da Metro do Porto, SA., com o seguinte registo de presenças:

N.º reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Conselho Fiscal
8	Sede da empresa	PCF – Dra. Fernanda Martins VCF – Dr. Nuno Oliveira VCF e ROC – Dr. António Magalhães	Sem ausências
1	Sede da empresa	PCF – Dra. Fernanda Martins VCF – Dr. Nuno Oliveira VCF e ROC – Dr. António Magalhães VCA – Dr. Pedro Azeredo Lopes	Sem ausências

A informação sobre cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidos pelos membros do Conselho Fiscal consta da sua informação curricular anteriormente apresentada.

O Conselho Fiscal não foi envolvido em qualquer processo de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

O Conselho Fiscal não desempenhou outras funções para além das que são estritamente inerentes à atividade do órgão e dos seus membros.

D.Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à entidade.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos determinados.

4. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

As funções de Revisor Oficial de Contas da Metro do Porto são desempenhadas no atual mandato, desde 13 de julho de 2012 por António Magalhães & Carlos Santos – SROC, representada por Dr. António Monteiro de Magalhães, Revisor Oficial de Contas. A estrutura da sociedade assenta nos dois sócios António Monteiro de Magalhães (ROC n.º 179) e Carlos Alberto Freitas dos Santos (ROC n.º 177), com a qualificação profissional de Revisor Oficial de Contas, desde 1973. A sociedade está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º 20161396.

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º anos de funções exercidos na sociedade
(Início-Fim)		Nome	N.º Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2012-2014(*)	Vogal Efetivo	Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC", representada pelo Dr. António Monteiro de Magalhães	SROC n.º 53 ROC n.º 179	20161396	Despacho	13-jul-12	13-jul-12	5	5
	Vogal Suplente	José Rodrigues de Jesus	201						

Nota: Deve ser identificado o eletivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

(*) Mandato prorrogado, não tendo ainda sido eleito novo ROC

O período máximo durante o qual o sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas de entidades de interesse público poderá exercer funções é de 7 anos, conforme previsto no n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos presta serviços de ROC na Metro do Porto desde o exercício económico de 2000. Até ao ano de 2011 a SROC foi representada pelo sócio Carlos Alberto Freitas dos Santos (ROC n.º 177), passando a ser representada pelo sócio António Monteiro de Magalhães (ROC n.º 179), desde então.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais - 2016 (€)				
	Valor	Reduções	Reversão	Valor Final	Identificação do Serviço	Valor	Reduções	Reversão	Valor final
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)		(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)
Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC"	18 387,24	1 838,72	1 287,11	17 835,62	0	0	0	0	0
José Rodrigues de Jesus	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Não ocorreu a prestação de qualquer serviço adicional desta sociedade à Metro do Porto, S.A..

E.Auditor Externo

1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo o formato seguinte:

2. Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede⁸ e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços, apresentada segundo o formato determinado.

No ano de 2016 foi realizada consulta a três entidades para a prestação dos serviços de auditoria externa por um prazo de três anos e adjudicada a prestação desse serviço à PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (PwC), representada pelo ROC n.º 712 Hermínio António Paulos Afonso, ROC. A sociedade está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º 9077.

Assim o auditor externo no exercício de 2016 e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções pelo primeiro ano junto da sociedade.

⁷ Acompanhada de menção à legislação aplicável.

⁸ Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da alínea p) do artigo 2.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pelo artigo 2.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

Metro do Porto, S.A.

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		Remuneração Anual 2016 (€)			
Nome	N.º Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (*)	Reduções Remuneratórias	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
					(1)	(2)	(3)	(4) = (1)-(2)-(3)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183	9077	10-10-2016	Exercícios de 2016, 2017 e 2018	22 400,00	0,00	0,00	22 400,00

(*) Valor anual

A Metro do Porto possui um procedimento de avaliação de fornecedores no âmbito do qual os seus departamentos e gabinetes procedem à avaliação do desempenho dos fornecedores relativos a contratos com montante superior a 20.000 euros. Atendendo a que a prestação de serviços de auditoria para o período de 2016 a 2018 ainda se encontra no início não foi ainda efetuada avaliação ao auditor externo.

Não existe na empresa política definida quanto à rotação do auditor externo.

No ano de 2016 não se procedeu a qualquer pagamento à empresa que assegura a auditoria externa às contas do exercício de 2016 (PwC).

Ainda em 2016 procedeu-se ao pagamento de 5.600,00 euros (montante sem IVA) à empresa que assegurou a auditoria externa às contas do exercício de 2015 (KPMG).:

Remuneração paga ao Auditor Externo (inclui contas individuais e consolidadas)	KPMG (auditoria 2015)	PWC (auditoria 2016)	TOTAL	
Valor dos serviços de revisão de contas	5 600	0	5 600	100%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0	0	0	0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	0	0	0	0%
Total pago pela empresa ao Auditor Externo	5 600	0	5 600	100%
Remuneração paga ao Auditor Externo (inclui contas individuais e consolidadas), pela TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	KPMG (auditoria 2015)	PWC (auditoria 2016)	TOTAL	
Valor dos serviços de revisão de contas	0	0	0	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0	0	0	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas	0	0	0	-
Total pago pela empresa ao Auditor Externo	0	0	0	-

A PwC (auditor externo às contas da MP do exercício de 2016) também foi contratada pela TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE para realizar os trabalhos da auditoria externa aos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

[Handwritten signatures and initials]

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

- 1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade.*
- 2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade.*
- 3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.*

Os Estatutos da Metro do Porto, S.A. foram publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, e sofreram alterações com a publicação do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 01 de outubro, e em Assembleia Geral de 13 de julho de 2012.

Conforme resulta da alínea d) do n.º 1 do art.º 14.º dos Estatutos da Metro do Porto, S.A., é competência da Assembleia Geral deliberar sobre alterações aos mesmos, sendo que essa deliberação só pode ser aprovada com o voto concordante do acionista Estado.

As eventuais irregularidades devem ser comunicadas ao superior hierárquico que as reporta à respetiva chefia e, quando necessário, ao Conselho de Administração para serem tomadas todas as providências no sentido da sua correção, prevenção ou reporte às entidades competentes.

Foi aprovado pelo Conselho de Administração a 13 de janeiro de 2010 o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Metro do Porto, S.A. onde se identificam os riscos de corrupção e infrações conexas e respetivas medidas de prevenção e mecanismos de controlo interno e externo. Este Relatório está disponível no site da Empresa, no endereço <http://www.metrodoporto.pt/pages/328>.

B. Controlo interno e gestão de riscos⁹

- 1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade).*
- 2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.*
- 3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da entidade, este deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas.*
- 4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.*
- 5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.*
- 6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade.*

⁹ Querendo, a entidade poderá incluir síntese ou extrato(s) de Manual ou Código que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

1. A Empresa dispõe de um sistema de controlo interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da Empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos.

Anualmente é elaborado o Plano de Atividades e Orçamento, cuja execução é objeto de relatórios mensais de execução analisados pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração bem como pelas inspeções setorial e financeira.

As funções de fiscalização, devidamente segregadas das funções de administração executiva, são asseguradas pelo Conselho Fiscal, que acompanha a atividade da Empresa e emite relatórios trimestrais de controlo e fiscalização.

Os administradores não executivos acompanham e avaliam continuamente a gestão da Empresa por parte dos demais gestores.

A função Administração é supervisionada pelas Tutelas, bem como pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que, entre as suas muitas atribuições, pode assistir às reuniões do Conselho de Administração.

O controlo financeiro da Empresa está submetido à jurisdição e controlo do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças e beneficia igualmente do acompanhamento permanente da 3ª Delegação da Direção Geral do Orçamento.

A Empresa dispõe de uma Estratégia Empresarial Integrada, de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança e de processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, para garantir um desempenho eficiente e rentável da atividade, a disponibilidade de informação financeira e de gestão fiável e o mais completa possível e o respeito de todas as leis e regulamentos aplicáveis.

A Empresa dispõe, no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, de um Manual de Procedimentos revisto quando considerado conveniente, aprovados por Diretivas da Comissão Executiva e disponível na intranet.

No ano de 2016 realizou-se a 2ª auditoria de acompanhamento do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança da Metro do Porto de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001. A Auditoria de acompanhamento realizou-se nos dias 2, 3 e 4 de novembro de 2016, pela SGS – ICS – Serviços Internacionais de Certificação, tendo como âmbito a “Conceção, Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto (na qualidade de concedente da subconcessão)”.

Como resultado dessa auditoria foram emitidos quatro pedidos de ações corretivas, tendo sido todas encerradas no prazo estabelecido pela entidade certificadora. Foram ainda emitidas seis oportunidades de melhoria que a Metro do Porto começou de imediato a implementar.

Os estatutos da Empresa são alterados de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e aprovados em Assembleia Geral.

O grosso da atividade de operação e manutenção é subconcessionado através de concurso público internacional, cujas peças procedimentais sempre especificam um detalhado e exaustivo sistema de reporte e fiscalização regular. Desde 1 de Janeiro de 2015, e em resultado de atrasos no processo concursal para seleção de um novo operador, situação melhor descrita no ponto 2 deste relatório, a operação tem sido assegurada com base em aditamentos ao contrato de subconcessão que vigorou até essa data.

2. A gestão de riscos está implementada na Empresa de uma forma transversal, coordenada no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, não existindo um órgão específico de gestão e controlo do risco.

O controlo interno assenta nos procedimentos desenvolvidos no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, publicados por Diretiva da Comissão Executiva; além de outros como os que foram escritos para estruturar a preparação das reuniões da Comissão Executiva e a sua sequência (incluindo aspetos ligados ao controlo orçamental e de adjudicações), ou que resultam de deliberações específicas da Comissão Executiva, por exemplo tendentes a assegurar a elaboração de contratos em adjudicações por ajuste direto, a sua notificação aos concorrentes e publicação bem como o registo do compromisso, ou o controlo da execução do Plano de Atividades.

Da macroestrutura organizacional da Metro do Porto, de 2 de junho de 2011, constam as funções atribuídas aos diversos departamentos entre as quais as referentes a atividades de controlo interno, que de forma integrada e com reporte ao Conselho de Administração e/ou Comissão Executiva compõem o sistema de controlo interno em vigor na Empresa.

De acordo com a referida diretiva:

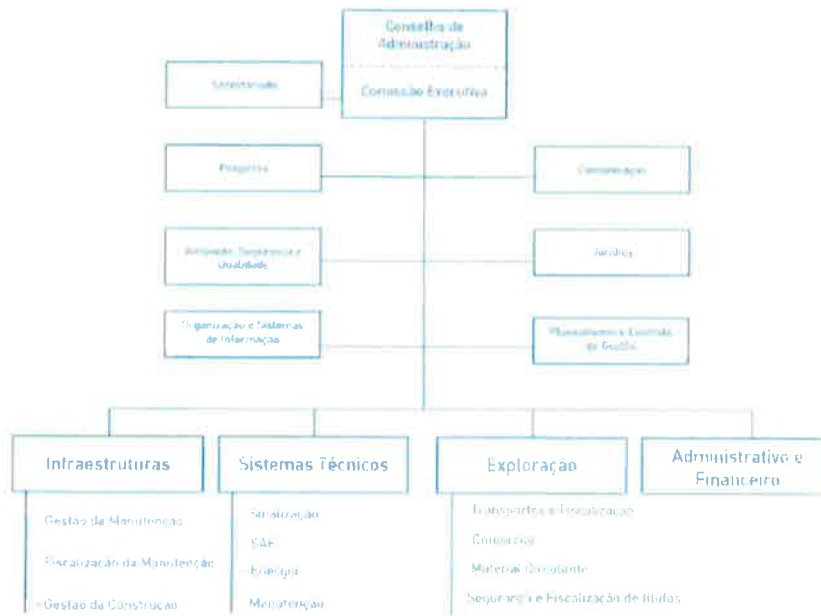
- *"O Gabinete de Ambiente, Segurança e Qualidade tem como objecto a definição e implementação das normas de qualidade, ambiente e segurança (safety), tanto nas actividades de projecto, construção e instalação da infraestrutura, de equipamentos e sistemas, como nas actividades de operação e manutenção do Sistema do Metro, neste último caso em devida salvaguarda das responsabilidades contratualmente cometidas à Subconcessionária. Compete ainda a este Gabinete a promoção das condições de segurança e saúde no trabalho em toda a Empresa."*
- *"O Gabinete Jurídico tem como objecto a gestão de todos os processos jurídicos da Empresa, a elaboração e acompanhamento de contratos e o controlo de todos os processos internos com implicações contratuais."*

- *"O Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão tem como objecto o planeamento económico e financeiro da Empresa, a informação e controlo da gestão, a avaliação económica – financeira de novos projectos, a avaliação de operações de financiamento estruturado, a coordenação de processos de submissão de novos projectos ao Governo, e a coordenação de toda a informação a prestar aos Accionistas, aos Reguladores e ao Governo."*
- *"O Departamento Administrativo e Financeiro tem como objecto a realização de todo o processo administrativo da Empresa, nomeadamente a gestão dos aprovisionamentos e serviços gerais, a gestão de processos administrativos respeitantes ao Pessoal da Empresa, a negociação e gestão dos contratos de financiamento, a gestão da tesouraria e do património e a contabilidade";*
- *"O Departamento de Exploração tem como objecto a função de marketing, a coordenação e o controlo operacional, a gestão comercial e o controlo de gestão da exploração do Sistema de Metro, em todas as suas dimensões, garantindo nomeadamente o controlo da execução dos contratos de operação, de exploração de espaços comerciais e de publicidade, e de todos os restantes elementos da cadeia de valor integrada na exploração comercial, sejam ou não objecto de contratualização com entidades terceiras. Compete também ao Departamento de Exploração assegurar as actividades relacionadas com a selecção, aquisição e manutenção do material circulante a operar na rede do Metro. Compete ainda ao DEX a fiscalização da qualidade dos títulos de transporte utilizados pelos clientes, o tratamento administrativo dos autos e a fiscalização e controlo da segurança de pessoas e bens na rede de metro e infra-estruturas conexas."*
- *"O Departamento de Infraestruturas tem como função a realização de todas as actividades relacionadas com a construção de infraestruturas e equipamentos fixos do Sistema de Metro e consequentes obras de inserção e compatibilização urbana. No caso de infraestruturas e equipamentos fixos do Sistema de Metro, compete ainda ao Departamento organizar e promover as actividades da respectiva manutenção, tanto preventiva como correctiva."*
- *"O Departamento de Sistemas Técnicos tem como objecto a organização e coordenação de todos os processos de aquisição de sistemas de rede, de sistemas de sinalização e de segurança e de sistema de informação de apoio à exploração da rede. O Departamento de Sistemas Técnicos assegura ainda as actividades de manutenção, tanto preventiva como correctiva, de todos os sistemas técnicos integrados na rede do Metro."*

3. A Empresa dispõe de uma Estratégia Empresarial Integrada. O serviço de transporte de passageiros é subconcessionado através de concursos públicos internacionais, pelo que as principais medidas adotadas nesta matéria são as que constam dos Caderno de Encargos desses concursos e dos contratos subsequentes, resumidas no ponto anterior. A Empresa dispõe de uma política de risco e de um plano global de gestão de riscos consubstanciado nas medidas, planos e relatórios já anteriormente referidos.

4. Como referido em 2., a gestão de riscos está implementada na Empresa de uma forma transversal, sendo o organograma da Sociedade o seguinte:

Metro do Porto, S.A.



5. As áreas funcionais com competências no controlo de riscos estão assinaladas no ponto 2.

6. Os principais riscos a que a sociedade está sujeita são os seguintes:

- a. Económicos: redução da procura dos serviços de transporte público prestados pela Empresa em virtude do processo de ajustamento económico-financeiro do país, por via dos aumentos tarifários, da redução das participações sociais no tarifário, da redução da qualidade de serviço seja por redução da oferta seja por degradação do desempenho da infraestrutura, equipamentos ou material circulante; greves; redução de receita por via da fraude.
- b. Financeiros: variação das taxas de juros, insuficiente aporte de fundos não reembolsáveis e/ou dificuldade de refinanciamento da dívida da Empresa.
- c. Operacionais: acidentes relacionados com a circulação de veículos ou com a infraestrutura e equipamentos utilizados, degradação ou imparidade funcional de infraestrutura, equipamentos ou material circulante utilizado, terrorismo, interrupção do fornecimento de energia elétrica, greves, riscos de integridade dos sistemas de informação/documentais utilizados, colapso do subconcessionário de operação e manutenção.
- d. Tecnológicos: obsolescência de equipamentos e/ou sistemas, emergência de tecnologias alternativas de transporte de pessoas.
- e. Jurídicos: alterações legislativas, litigância no âmbito do contrato de subconcessão.

[Handwritten signature and initials]

7. A Empresa segue um processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos adaptado à sua realidade concreta:

- A Empresa cumpre o disposto na legislação quanto a condições de segurança da exploração do transporte ferroviário coletivo regular de passageiros.
- A Empresa cumpre o disposto na legislação quanto a fiscalização da utilização de títulos de transporte pelos clientes.
- A Empresa cumpre o disposto na legislação quanto a proteção da segurança e saúde dos trabalhadores.

Adicionalmente, merece referência que:

- A Empresa dispõe de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança.
- A Empresa dispõe de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.
- A Empresa dispõe de um Código de Ética.
- A Empresa dispõe de um procedimento de avaliação de fornecedores.

8. A Empresa dispõe devidamente segregadas as funções de elaboração de contas e relato financeiro das funções de controlo de gestão. Paralelamente a Empresa reporta mensalmente ao ROC e ao Conselho Fiscal as demonstrações financeiras e os relatórios de informação de gestão. Conforme disposto na legislação em vigor, a Empresa reporta mensal e exaustivamente às tutelas sectorial, financeira e outros organismos informação financeira (nomeadamente a constantes da tabela seguinte) e da atividade operacional da Empresa.



ENTIDADE	TEMA	INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE
DGO	SIGO	Contas de Execução Orçamental e Alterações Orçamentais - MP	MENSAL
DGO	SOL	Fundos Disponíveis - MP + Atualizar Intranet	MENSAL
DGO	SIGO	Mapa dos Pagamentos em Atraso - MP + SGMAMB + Atualizar Intranet	MENSAL
DGO	SOL	Empréstimos e outras operações activas concedidas - MP	MENSAL
SG-MAMB	MAIL	Mapas 7.1 - Despesa e 7.2 – Receita + Mapas Alterações orçamentais R/D + PA - MP	MENSAL
INE	WEBINQ	IVNES - Informação sobre Volume de Negócios	MENSAL
SG-MAMB	MAIL	Apuramento mensal de informação sobre Rescisões, Requalificação e Aposentações - MP	MENSAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - DFC / DFC Previsional ajustada	MENSAL
DGO	SIGO	Despesas com Pessoal - MP	MENSAL
SG-MAMB	MAIL	Apuramento mensal da evolução de efetivos e custos	MENSAL
MP	SITE MP	Lista das adjudicações com base nas FC e acima dos 2.500€ + Atualização input CE	MENSAL
DGO	SOL	Previsão Receita Própria, Previsão despesa - MP	MENSAL
DGO	SOL	Previsão Receita Própria, Previsão despesa - MPC	MENSAL
MP	INTRANET	IG, IPG, RT, RC, RS, SCEP, PA, FD	MENSAL
MAOTE	MAOTE	EBITDA	MENSAL
ME	SOR	Análise de Actividade e Recursos Humanos	MENSAL
BdP	COPE	Operações com o exterior	MENSAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - PMP, Dívidas Vencidas e PROC	MENSAL
DGO	SIGO/SIPIDDAC	Encerramento da execução física do investimento - MP	MENSAL
DGO	SIGO	Contas de Execução Orçamental e Alterações Orçamentais - MPC	TRIMESTRAL
SG-MAMB	MAIL	Mapas 7.1 - Despesa e 7.2 – Receita, do SIGO - MPC Mapas Alterações orçamentais — Despesa e Receita, do SIGO	TRIMESTRAL
DGO	SOL	Unidade de Tesouraria - MP - Colocar pdf do despacho de exceção do cumprimento + entrega de fundos	TRIMESTRAL
DGO	SIGO/SCEP	Encargos Plurianuais - Execução financeira - MP	TRIMESTRAL
DGO	SIGO/SIPIDDAC	Atualização da execução física do investimento - MP	TRIMESTRAL

Metro do Porto, S.A.

DGAEP	SIOE	Quadros 1,2,1,2.2,3.1,3.2,3.3	TRIMESTRAL
ME	SOR	Demonstrações Financeiras / Análise de Investimentos	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Informação Estável - Carregamento de Documentos	TRIMESTRAL
INE	CTAP	Balancete acumulado do Trimestre - MP	TRIMESTRAL
INE	CTAP	Balancete acumulado do Trimestre - MPC	TRIMESTRAL
INE	WEBINQ - TIP	ITENF - Informação das Demonstrações de Resultado	TRIMESTRAL
INE	WEBINQ	ITTM - Inquérito Trimestral ao Transporte por Metropolitano	TRIMESTRAL
DGO	MAIL	Relatório de Execução Orçamental (RCF)	TRIMESTRAL
DGO	SOL	Balancete Analítico - MP	TRIMESTRAL
DGO	SOL	Balancete Analítico - MPC	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - FPC, SNC, UTE	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	UTE - Banca Comercial	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Responsabilidades Contingentes	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Necessidades de Financiamento, Financiamento Existente, Serviço da Dívida, Vendas, Plano de Investimento e Financiamento, Plano de	TRIMESTRAL
MP	SITE MP	Publicação no site da empresa das dívidas a fornecedores	TRIMESTRAL
IGF	MAIL	IG trimestral operacional e financeira	TRIMESTRAL
CF	MAIL	IG trimestral operacional e financeira + DF trimestral + Balancete	TRIMESTRAL
IMT	MAIL	IG mensal enviada trimestralmente - operacional e financeira	TRIMESTRAL
MP	MAIL	Relatório de Atividades	TRIMESTRAL
DGAEP	SIOE	Quadros 4,5,6,7	SEMESTRAL
MP/SIQAS	MAIL	Lista de contratos para avaliação de fornecedores	ANUAL
DGO	SOL	Deslocações em território nacional e estrangeiro - MP	ANUAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Execução Endividamento, DACP, Indicadores RH e Actividade, Passivo Remunerado, Benefícios	ANUAL
DGO	SOL	Declarações de compromissos plurianuais, recebimentos e pagamentos em atraso (DGO+SITE+RC)	ANUAL
DGO	SIGO/SIPIDDAC	Atualização da execução física do investimento - MP	ANUAL

TC	MAIL	Património Financeiro Público - Modelo 1 e Modelo 2	ANUAL
INE	WEBINQ	IUTICE - Inquérito Anual às Tecnologias de Comunicação e Informação	ANUAL
DGO	SOL	Conta de Gerência + Pagamentos em atraso - MP	ANUAL
DGO	SOL	Conta de Gerência - MPC	ANUAL
DGO	SOL/TSICE	Transferências, Subsídios e Indemnizações	ANUAL
TC	TC Online	Remessa na plataforma online do TC da prestação de contas - MP	ANUAL
TC	TC Online	Remessa na plataforma online do TC da prestação de contas - MPC	ANUAL
TC	TC Online	Remessa na plataforma online do TC da prestação de contas - MP Consolidadas	ANUAL
DGO	MAIL	Bal/DR/DFC/ABDR/RelatórioCF - MP	ANUAL
DGO	MAIL	Bal/DR/DFC/ABDR/RelatórioCF - MPC	ANUAL
DGO	SOL	Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso	ANUAL
DGO	SOL/SOLICITAÇÕES	Pedido de Transição de Saldos - MP	ANUAL
INE	WEBINQ	IATM - Inquérito Anual ao Transporte por Metropolitano	ANUAL
DGO	SOL	Balancete e DF Previsionais Anuais e Orçamento - MP	ANUAL
DGO	SOL	Balancete e DF Previsionais Anuais e Orçamento - MPC	ANUAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Previsões FPC, SNC, DFC, Endividamento, DACP, Gastos Operacionais; Doc IPG, Doc PA, Parecer CF	ANUAL
DGO	SOL	Unidade de Tesouraria - MP - Colocar pdf do despacho de exceção do cumprimento + entrega de fundos	ANUAL
TC	MAIL	Dívida não financeira - Preenchimento de formulário	ANUAL
DGO	SIGO/SCEP	Encargos Plurianuais - MP + Atualizar Intranet	PERMANENTE

A Empresa está sujeita a inspeções e fiscalizações externas nomeadamente da Inspeção Geral de Finanças e do Tribunal de Contas, bem como no caso deste Tribunal ao regime de fiscalização prévia.

A empresa consta na lista de Entidades de Interesse Público pelo que em conjunto com as entidades que a fiscalizam está sujeita a obrigações de reporte específicas.

16

16
17
18

As contas anuais, os Relatórios de Gestão, os relatórios de acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o Plano de Atividade e Orçamento e a informação mensal de gestão de natureza operacional são publicados no site da Empresa.

C.Regulamentos e Códigos

1.Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da entidade onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta.

2.Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade (vide artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

3.Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação do local no sítio da entidade onde se encontra publicitado o respetivo Relatório Anual de Execução do PGRCIC (vide artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

São aplicáveis à Metro do Porto os seguintes regulamentos internos e externos a que a Empresa está legalmente obrigada e que decorrem da sua atividade (<http://www.metrodoporto.pt/pages/355>):

- Decreto-Lei n.º 148/2003, de 11 de julho – (que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva 2000/52/CE da Comissão, de 26 de julho, relativa à transparência das relações financeiras entre as entidades públicas dos Estados membros e as empresas públicas);
- Diretiva 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais;
- Lei n.º 28/2006, de 4 de julho (regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros);
- Decreto-Lei n.º 69/2007, de 26 de março – (que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva 2005/81/CE da Comissão, de 28 de novembro, relativa à transparência das relações financeiras entre os Estados membros e as empresas públicas);
- Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro (Estatuto do Gestor Público);
- Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho (Segurança Ferroviária);
- Regulamento 1370/2007 de 23 de outubro de 2007, do Parlamento Europeu e do Conselho cuja aplicação respeita a contratos de serviço público que assumam a forma de contratos de concessão de serviços, especialmente no setor de transportes;
- Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro de 2007 (obrigatoriedade de existência e disponibilização do livro de reclamações);

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas), alterado pelo Despacho 9870/2009 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de 6 de abril;
- Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro (Bases da Concessão e Estatutos da MP);
- Decreto-Lei n.º 18/2008 que aprovou o Código da Contratação Pública e respetiva legislação regulamentar;
- Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (Medidas adicionais de consolidação orçamental - PEC);
- Decreto-Lei n.º 65 -A/2011, de 17 de maio (Programa Pagar a Tempo e Horas – reporte de dívidas vencidas);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro (Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015);
- Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro (Grande Opções do Plano para 2012-2015);
- Lei n.º 64-C/2011, de 30 de dezembro (estratégia e procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental 2012-2015);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro (critérios de vencimento dos gestores públicos)
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo à Lei dos Compromissos
- Decreto-Lei. n.º 127/2012, de 21 de junho, relativo aos pagamentos em atraso
- Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 agosto, que prevê a atribuição ao Instituto de Gestão do Crédito Público, I.P. de um mandato para a gestão da carteira de derivados financeiros
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2013, de 18 de junho
- Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão
- Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (Novo Regime do SEE)
- Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro - redução remuneratória
- Leis de Orçamento de Estado/Leis de Enquadramento Orçamental/Leis de Execução Orçamental.

Nos Relatórios e Contas da sociedade estão disponíveis informações mais detalhadas sobre este tema.

A Empresa possui um código de ética, aprovado a 26 de março de 2009 não tendo sofrido alterações desde essa data. Encontra-se disponível na Intranet da Empresa (meio primordial para divulgação junto dos colaboradores), bem como, no site institucional da Metro do Porto (para as restantes partes interessadas) através do link: <http://www.metrodoporto.pt/pages/323>.

O Código de Ética em vigor estabelece um conjunto de valores, princípios orientadores do relacionamento com as partes interessadas e ainda normas de conduta individuais que, de um modo geral, permitem garantir um tratamento equitativo junto de todas as partes interessadas.

A empresa ainda não tem implementado o plano para a igualdade prescrito pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro. Quanto ao cargo de provedor do cliente, foi a Empresa informada da deliberação tomada pela Autoridade Metropolitana de Transportes, que chamou a si a sua criação.

Foi aprovado pelo Conselho de Administração a 13 de janeiro de 2010 o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Metro do Porto, S.A. onde se identificam os riscos de corrupção e infrações conexas e respetivas medidas de prevenção e mecanismos de controlo interno e externo. Este Relatório está disponível no site da Empresa (<http://www.metrodoporto.pt/pages/328>). Não foi produzido o relatório anual referente ao exercício de 2016. Os relatórios produzidos em anos anteriores foram, nos termos legalmente previstos, publicados na página de internet da Metro do Porto no link acima.

Não foi elaborado Relatório Identificativo das Ocorrências ou Risco de Ocorrências.

D. Deveres especiais de informação

1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), a saber:

a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;

b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;

c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;

d) Orçamento anual e plurianual;

e) Documentos anuais de prestação de contas;

f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

A informação prevista nos artigos 44.º e 45º do Decreto-Lei n.º 133/2013 é disponibilizada no sítio de internet da empresa bem como nas plataformas da Direção Geral de Tesouro e Finanças.

Os empréstimos contraídos pela Nortrem para aquisição dos veículos beneficiam de fiança da Metro do Porto, tendo sido prestada garantia pessoal do Estado à fiança assumida pela Metro do Porto. No caso da Metro do Porto Consultoria, as necessidades financeiras desta entidade são asseguradas por verbas cedidas pela Metro do Porto.

Relativamente aos objetivos fixados, essa informação consta do ponto 6.3.1 do Relatório e Contas e do Ponto F, deste capítulo. Os Planos de Atividade e Orçamento são publicados no site da Empresa, sendo também aí publicada informação de desempenho mensal e os Relatórios dos Órgãos de Fiscalização.

E. Sítio da Internet

1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s) na divulgação dos seguintes elementos sobre a entidade (vide artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro):

a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;

b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;

c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

d) Documentos de prestação de contas anuais¹⁰ e, caso aplicável, semestrais;

e) Obrigações de serviço público a que a entidade está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

Toda a informação relevante sobre o governo da sociedade, elementos de prestação de contas, modelo de financiamento e apoios recebidos do Estado, bem como do desempenho mensal da sociedade em termos operacionais e obrigações de serviço público, é apresentada na página de internet em www.metrodoporto.pt, nomeadamente:

Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC

<http://www.metrodoporto.pt/frontoffice/pages/346>

Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

<http://www.metrodoporto.pt/pages/357>

Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

<http://www.metrodoporto.pt/pages/320>

<http://www.metrodoporto.pt/pages/354>

Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;

<http://www.metrodoporto.pt/pages/338>

Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

<http://www.metrodoporto.pt/pages/357>

Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

<http://www.metrodoporto.pt/pages/357>

¹⁰ A informação deve incluir a indicação da "hiperligação" correspondente.

¹¹ Conforme resulta do n.º 2 do artigo 70.º do CSC, devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. *Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).*

2. *Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), das quais deverão constar os seguintes elementos:*

a) *Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis;*

b) *Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento;*

c) *Critérios de avaliação e revisão contratuais;*

d) *Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes;*

e) *Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício;*

f) *Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes.*

Contrato de Serviço Público

Por iniciativa da Metro do Porto, e na sequência de uma apresentação informal em julho de 2002, foi submetida em setembro de 2002 uma primeira proposta formal de contrato programa, para cumprimento do disposto nas Bases de Concessão do projeto, de acordo com a sua formulação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro. Esta proposta veio a ser reformulada ainda em 2002.

Em cumprimento da recomendação constante do relatório de Auditoria Técnico-Financeira à Metro do Porto elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças de 14 de junho de 2004, segundo a qual caberia à Metro do Porto "apresentar em 2005 ao Governo e à Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, uma proposta sobre as obrigações de serviço público e respetivo financiamento", a Metro do Porto remeteu em dezembro de 2005 nova proposta de contrato programa.

As novas Bases de Concessão do projeto, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, introduzindo alterações à figura do contrato programa e ao prazo da sua celebração, reforçaram a sua necessidade, estando previsto no n.º 1 da Base XV que "O Estado prestará à concessionária compensações financeiras pela prestação de serviço de interesse geral, devendo estas ser objeto de contratos-programa ou contratos de serviço público".

Foi assim assinado em 8 de agosto de 2014 um Contrato de Serviço Público entre o Estado e a Empresa, que perduraria até 31 de Dezembro de 2024 e entraria em vigor no primeiro dia útil seguinte à data em que o Estado comunicasse por escrito à Metro do Porto a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas ou à

¹² Caso não tenha contrato celebrado ou, tendo, hajam apresentado novas propostas.

confirmação escrita, clara e inequívoca, emitida pelo Tribunal de Contas, declarando não ser necessária a obtenção do visto.

Esse contrato define as obrigações de prestação de serviço pela Metro do Porto, as penalidades em caso de incumprimento dessas obrigações e estipula a inexistência de compensações financeiras pelo seu cumprimento. Não são regulados no seu âmbito as responsabilidades relativas à Dívida Histórica da MP, as responsabilidades relativas ao investimento na construção de infraestruturas civis e sistemas técnicos, as responsabilidades relativas às componentes da Grande Manutenção referentes às infraestruturas civis e aos sistemas técnicos, nem finalmente o serviço de transporte prestado pela Empresa relativo ao Funicular de Guindais.

Em 10 de Dezembro de 2014 foi assinado um aditamento a esse Contrato de Serviço Público, através do qual a data de entrada em vigor passou a ser 1 de janeiro de 2015. Este aditamento introduz uma disposição segundo a qual, verificando-se uma alteração substancial dos pressupostos do contrato, se procederá a uma revisão da estipulada inexistência de compensações financeiras.

Segundo informação da tutela, o Tribunal de Contas comunicou em 26 de dezembro de 2014 que este contrato não se encontra sujeito a fiscalização prévia.

Objetivos de Gestão

Não foram definidos objetivos para o exercício de 2016.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be a stylized 'F' followed by a large 'G' and a 'P'. Below these are the initials 'fs' and 'mr'.

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da entidade.

2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

3. Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

A competência para a fixação das remunerações dos órgãos sociais cabe à Assembleia Geral nos termos do disposto no artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral
Remuneração dos membros da Comissão executiva	Assembleia Geral
Remuneração dos dirigentes	Conselho de Administração

De forma a serem evitados conflitos de interesses, e tal como previsto nos “Princípios de Bom Governo do Sector Empresarial do Estado”, os membros dos Órgãos Sociais abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Os membros dos Órgãos Sociais declaram ao Órgão de Administração e ao Órgão de Fiscalização, bem como ao Tribunal Constitucional, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na Empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Tal como previsto nas instruções emanadas da DGTF, é apresentado em anexo a este relatório declaração dos membros dos órgãos sociais declarativa desta situação, bem como comprovativo da sua receção pela Inspeção Geral de Finanças.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Na Sociedade já existiu uma Comissão de Fixação de Remunerações que terminou funções em 2012. Hoje as remunerações são fixadas por despacho conjunto das tutelas financeira e setorial que as propõem à aprovação da Assembleia Geral.

¹³ Mecanismos diversos dos inerentes às declarações a que se refere o ponto 3, seguinte.



C.Estrutura das Remunerações

- 1.Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.*
- 2.Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da entidade.*
- 3.Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.*
- 4.Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.*
- 5.Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.*
- 6.Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.*

As remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem ser fixadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às respetivas funções e atendendo às práticas normais no respetivo setor de atividade, tendo em conta igualmente os princípios e orientações estabelecidas pelos acionistas e a situação do mercado.

No contexto da vigência do Programa e Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), foram, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, introduzidas alterações ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, bem como foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, publicada no DR 1.ª série, de 14 de fevereiro, a qual procede à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos, tendo por referência o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro.

A definição da política de remuneração consistente com uma eficiente gestão dos riscos, de modo coerente com a natureza da atividade e estratégia de negócio da empresa, promovendo o seu crescimento sustentado terá sido adotada no despacho de 25 de janeiro de 2016 do Ministério das Finanças e da Economia e Emprego que propôs a fixação da remuneração para todos os órgãos sociais da sociedade que veio a ser aprovada na Assembleia Geral de 25 de janeiro de 2016.

Neste contexto, verifica-se uma efetiva contenção salarial, sendo assegurada a total transparência no que se refere à definição das políticas remuneratórias e à sua aplicação efetiva.

O artigo 18.º da Lei do Orçamento de Estado prorrogou a não atribuição de atribuição de Prémios de Gestão relativos a exercícios anteriores. Não é proposto à Assembleia Geral a atribuição de prémios de gestão relativos ao exercício de 2016.

No ano de 2016 foram aplicados os cortes remuneratórios previstos no:

- Art.º 12º da Lei 12-A/2010 de 30 de junho, o qual estipula que "A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excecional em 5%";
- Art.º 4º da Lei 75/2014, de 12 de setembro, que reverteu em 20% os cortes remuneratórios aplicáveis de setembro a dezembro de 2014, decorrentes do mesmo diploma (Art.º 2); e
- Art.º 2º da Lei 159-A/2015, de 30 de dezembro, que estabeleceu as regras para a extinção da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

Não foram definidos objetivos para o exercício de 2016.

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade, proveniente da entidade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação. A apresentar segundo os formatos determinados.

2. Indicação dos montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

3. Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

4. Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

Conforme instruções constantes do Ofício n.º 1269, de 27 de fevereiro de 2017 da Direção-Geral de Tesouro e Finanças, são detalhadas no Relatório e Contas de 2016 da Metro do Porto as remunerações auferidas pelos membros dos Órgãos Sociais da Empresa. Mais concretamente, esta informação é apresentada na Nota 32 do Anexo ao Balanço e Demonstrações de Resultados, bem como no capítulo II deste Relatório. É de notar que a todas as remunerações aí referidas são aplicadas as reduções legalmente previstas.

Relativamente a montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum; participação nos lucros e prémios e indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação de funções no exercício, não existiram.

Não foram pagos quaisquer montantes sobre a forma de participação de lucros e/ou pagamento de prémios, nem foram pagas ou são devidas indemnizações a ex-administradores executivos.

VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. Apresentação de mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

c) Lista de fornecedores com transações com a entidade que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Nas Notas às Demonstrações Financeiras presente no Relatório e Contas do exercício consta informação relativa ao teor e valor das transações efetuadas com acionistas e partes relacionadas, bem como com empresas associadas, que reproduzimos abaixo. Para efeitos de controlo, todas as transações com as partes relacionadas são realizadas tendo como suporte um regulamento legal, contrato, protocolo, nota de encomenda ou deliberação da administração.

Acionistas e partes relacionadas:

Durante o período, a Empresa efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	31.12.2016	31.12.2015
Prestação Serviços		
Estado (DGTF)	2.842.683	2.972.960
STCP	53.729	53.563
	2.896.412	3.026.523
Aquisição de Serviços		
Estado (DGTF)	1.451.842	1.643.308
STCP	500.777	348.921
Estado (IGCP)	2.232	2.300
CP - Comboios de Portugal	5.238	361
	1.960.089	1.994.890
Juros pagos		
Estado (DGTF)	40.950.145	42.361.766
Financiamentos obtidos		
Estado (DGTF)	122.062.476	196.895.809
	163.012.621	239.257.575
Gastos incorridos transferidos		
STCP	17.091	2.916
	17.091	2.916

Associadas/Subsidiárias:

Durante o período, a Empresa efetuou as seguintes transações com entidades associadas:

	31.12.2016	31.12.2015
Prestação de Serviços		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	39.315.978	38.173.307
Transpublicidade, S.A.	223.725	214.401
	39.539.702	38.387.707
Aquisição de Serviços		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	1.992.680	2.207.890
	1.992.680	2.207.890
Gastos incorridos transferidos		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	548.180	452.587
Transpublicidade, S.A.	79.632	54.510
	627.812	507.096

Conforme referido no ponto VI.C, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, o qual prevê mecanismos de controlo e implementação de procedimentos para garantir a tomada de decisões observando critérios objetivos, transparentes e imparciais, garantindo o seu alinhamento com o Código de Ética, nomeadamente a centralização de toda e qualquer decisão na Comissão Executiva (até 500 mil euros) e no Conselho de Administração.

No que respeita a transações com partes não relacionadas, a Metro do Porto seguiu os procedimentos legalmente estabelecidos em matéria de aquisição de bens e serviços.

Os compromissos financeiros mais relevantes assumidos pela Empresa dizem respeito aos contratos de Operação do Sistema de Metro Ligeiro e de Manutenção do Material Circulante. Assumem no final do período a seguinte composição:

Entidade	Âmbito	Valor do contrato	Valor realizado	%
Prometro, S.A.	Subconcessão Operação Manutenção SMLAMP	300.020.534	254.535.539	85%
EMEF	Manutenção Material Circulante - 4º Contrato	1.308.719	1.150.367	88%

O único fornecedor que representa mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos no ano de é a Prometro, S.A.

A Empresa prestou as seguintes garantias bancárias relacionadas com processos judiciais em curso:

Metro do Porto, S.A.

Objeto		31.12.2016	31.12.2015
Tribunal do Porto	Processos Expropriativos	850.513	1.084.716
Tribunal de Vila do Conde	Processos Expropriativos	202.123	607.573
Tribunal de Vila Nova de Gaia	Processos Expropriativos	210.760	210.760
Tribunal de Gondomar	Processos Expropriativos	175.482	175.482
Tribunal da Maia	Processos Expropriativos	54.636	54.636
Tribunal de Matosinhos	Processos Expropriativos	5.788	5.788
		1.499.302	2.138.955

Para além destas garantias e conforme detalhado na nota 16 foram garantidos pela República Portuguesa (i) as obrigações da Metro do Porto enquanto fiadora do Nortrem, ACE no contrato de financiamento subjacente à operação de *sale and lease back* denominada "Locação Estruturada Portuguesa", no montante de 250 milhões de euros; e (ii) o financiamento contraído junto do BEI no montante total de 803,7 milhões de euros. No âmbito das estruturas financeiras de *US Cross Border Lease – Pickle Lease Service Contract* a Metro do Porto também assumiu um conjunto de *covenants*, nomeadamente relativas a cláusulas de *ownership* e alteração do *rating* de crédito da República Portuguesa, bem como obrigações quanto à estrutura *defeased* (ver nota 16 do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados).

Encontra-se em revisão a estrutura de garantias a prestar no âmbito dos contratos de financiamento.

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação¹⁴:

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);

b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);

c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);

d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;

e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da

¹⁴ Querendo, a entidade poderá incluir síntese ou extrato(s) do seu Relatório de Sustentabilidade que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação, implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

Metro do Porto, S.A.

produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);

f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da entidade, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).

Anualmente é efetuada pela Administração a revisão do Sistema Integrado Qualidade, Ambiente e Segurança, sendo avaliados os graus de cumprimento dos objetivos e metas definidos para cada um dos processos em que se divide a atividade da Metro do Porto. Com base no grau de cumprimento dos indicadores utilizados para avaliar os objetivos e metas são definidas as medidas a implementar no sentido de melhorar, se necessário, o desempenho dos diferentes processos.

O Orçamento para 2016 da Metro do Porto, S.A. aprovado em Conselho de Administração desta sociedade tinha implícitos os seguintes objetivos de exploração comercial.

Real 2016	Meta 2016	
296,1	297,9	PASSAGEIROS KM (M)
1.594,7	1.653,8	LUGARES KM (M)
18,6	18,0	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)
110,6	116,1	TAXA DE COBERTURA (%)

Atingiu-se em 2016 uma taxa de cobertura média anual da operação do Sistema de 110,6%, 4,7 pp acima do valor registado em 2015 e novamente superior a 100%. As Vendas e Prestações de Serviço não incluem Indemnizações Compensatórias pelo serviço de transporte público assegurado (que em 2016 não existiram), mas incluem as comparticipações do Estado no âmbito do tarifário social Andante, estas últimas apuradas com base nas taxas de comparticipação efetivamente pagas.

(valores em milhares de euros)				
Conta Exploração Metro	2014	2015	2016	16/15
Vendas e Prestações de Serviço	39 685,1	40 992,5	42 029,2	2,5%
Custo Vendas e Prest. Serviço	45 898,2	38 691,2	38 006,3	-1,8%
Margem Bruta	-6 213,1	2 301,4	4 022,8	74,8%
<i>Taxa de Cobertura</i>	<i>86,5%</i>	<i>105,9%</i>	<i>110,6%</i>	<i>4,6 pp</i>

A conta de exploração do Funicular dos Guindais evidencia, em 2016, uma melhoria da taxa de cobertura média anual de 31pp (melhoria de 34,5 pp quando comparado com 2014, para um valor médio de 122,2%).

[valores em milhares de euros]

Conta Exploração Funicular	2014	2015	2016	16/15
Vendas e Prestações de Serviço	654,9	769,6	967,4	25,7%
Custo Vendas e Prest. Serviço	746,2	846,5	791,5	-6,5%
Margem Bruta	-91,4	-76,9	175,9	328,8%
<i>Taxa de Cobertura</i>	<i>87,8%</i>	<i>90,9%</i>	<i>122,2%</i>	<i>31,3 pp</i>

Se alargarmos o âmbito de análise e monitorizarmos a taxa de cobertura global da Metro do Porto, que incorpora na análise uma série de custos de estrutura e correntes (incluindo prestações de serviços associadas à atividade de construção mas excluindo serviços prestados no âmbito de operações financeiras), a tendência de melhoria mantém-se ascendendo esta taxa a 96,7% no final de 2016 (*gap* de receitas de 1,5 milhões de euros).

	2014	2015	2016	16/15
GASTOS				
ViaPorto/Normetro	41 168	31 071	34 217	10,1%
Funicular	770	900	786	-12,7%
Comissões TIP	1 775	1 824	1 851	1,5%
Vigilância e Segurança	1 344	1 035	1 103	6,5%
Conservação e Reparação	3 205	4 317	1 753	-59,4%
Pessoal (sem rescisões)	4 367	4 111	4 322	5,1%
Outras despesas Correntes	2 635	3 913	1 286	-67,1%
Subtotal	55 264	47 171	45 317	-4%
RENDIMENTOS				
SML / Funicular	39 646	41 770	42 932	2,8%
Acerto Tarifário Social	441	0	0	-
Proveitos suplementares	791	845	841	-0,5%
Coimas	201	41	65	58,1%
Subtotal	41 079	42 656	43 837	3%
Taxa de Cobertura Global	74,3%	90,4%	96,7%	6,3 pp
GAP	-14 185	-4 515	-1 480	67,2%

Esta análise encontra-se desenvolvida nos pontos 7.4 e 7.5 do Relatório de Gestão de 2016.

A Metro do Porto possui, desde o final do ano de 2013, um Sistema de Gestão Integrado certificado em Qualidade Ambiente e Segurança. Sendo assumido pela Metro do Porto, S.A. através das bases de concessão o compromisso de conceber e explorar, através de subconcessão, o Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, adequado às expectativas e necessidades de mobilidade e acessibilidade da região, a certificação do sistema de gestão integrado constitui-se como uma das ferramentas para que essa missão seja executada respeitando os mais elevados padrões de qualidade, ambiente e segurança.

De forma a garantir a eficiência social e ambiental, salvaguardando as normas de qualidade, ambiente e segurança, foram definidas as seguintes linhas de orientação:

- identificar e responder as reais necessidades, atuais e futuras, de mobilidade da Área Metropolitana do Porto;

- assegurar o cumprimento dos requisitos legais e demais normas aplicáveis aos produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela organização em matéria de Ambiente e de Segurança e Saúde no trabalho;
- assegurar o cumprimento dos requisitos do sistema integrado, de acordo com os referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP4397/OSHAS1800;
- assegurar a melhoria contínua do desempenho do sistema integrado e dos processos, através da otimização de recursos e tecnologias e de um planeamento eficaz;
- manter um serviço eficiente, de forma regular e contínuo, de acordo com os horários pré-estabelecidos e anunciados junto do público;
- assegurar a melhoria contínua do desempenho ambiental, através da identificação e controlo dos aspetos ambientais associados às atividades realizadas e subcontratadas, e do compromisso da prevenção da poluição no âmbito do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto;
- assegurar a melhoria contínua das condições de segurança e saúde no trabalho, através da identificação e controlo dos riscos associados às atividades realizadas e subcontratadas, e do compromisso de prevenção das lesões e afeções da saúde.

O Plano de Igualdade foi aprovado mas ainda não ocorreu a sua implementação.

No ano de 2016, o número de colaboradores que usufruíram de formação aumentou para 77 e verificou-se um aumento significativo nas horas de formação.

Rapidez é o ponto forte mais destacado e apontado pelos clientes do Metro do Porto, de acordo com o Estudo de Satisfação realizado em 2016 por empresa independente e especializada e que abrangeu um total de 1.654 passageiros inquiridos entre 21 e 27 de novembro de 2016.

O nível de satisfação global manteve-se elevado (81,3% de Média Global Anual de Satisfação apurada em 2016), representando ainda assim uma descida (-2,6pp) face a 2015.

Os resultados obtidos confirmam também a distinção dos serviços prestados pelo Metro do Porto, com elevados níveis de Confiança (78,7%), Lealdade (90,5%) e de agrado com a respetiva Imagem Social (91,5%), destacando-se os 95% de inquiridos que referiram tencionar continuar a utilizar o Metro do Porto e recomendar os serviços do Metro a amigos e familiares.

De destacar ainda os níveis de concordância dos passageiros quanto à perceção que têm dos benefícios do Metro para a sociedade (97,8%) e para o ambiente (95,4%). A maior parte dos passageiros inquiridos (94,4%) considerou ainda que no futuro mais pessoas irão viajar no Metro do Porto.

De acordo o estudo efetuado em 2016, a maioria dos clientes do Metro do Porto é urbana, residindo nos concelhos do Porto (33,1%), Vila Nova de Gaia (18,3%) e Matosinhos (12,9%), seguindo-se ainda os que residiam nos restantes concelhos abrangidos pela rede: Gondomar (9,5%), Maia (6,5%), Vila do Conde (4,1%)

e Póvoa de Varzim (2,6%), a que acresciam também os clientes residentes em concelhos não servidos diretamente pela rede do Metro (13%).

A faixa etária entre os 15 e os 34 anos representa 57,3% dos clientes do Metro. Muitos tinham ainda menos de 25 anos (37,5%) e eram estudantes (32,3%), sendo o utilizador tipo do Metro do Porto caracterizável, em 2016, como cliente do sexo feminino (58,9 %), pertencente à classe média alta e com 35 anos de idade média.

O Relatório de Sustentabilidade publicado em 2017 descreve o que de mais relevante aconteceu no último ano aos níveis ambiental, social e económico, que em síntese se passa a expor.

Relativamente às emissões, sendo as frotas Eurotram e Tram train movidas a eletricidade, não existem emissões diretas associadas à tração; existem, no entanto, emissões indiretas, já que parte da energia elétrica consumida é oriunda de combustíveis fósseis. As emissões indiretas resultado do consumo de energia pelos veículos de Metro totalizaram 10.903 toneladas de CO₂e (dióxido de carbono equivalente), 6,4% abaixo do verificado em 2015. Essa redução deve-se, essencialmente, à diminuição do fator de emissão de CO₂e por kwh. O consumo de energia de tração diminuiu de 39.094 milhares de kwh em 2015 para 38.898 milhares de kwh em 2016 (-0,5%), tendo-se verificado um aumento da produção de veículos km totais (comerciais e não comerciais) de 3,2%. No que respeita às poupanças de emissões para a atmosfera, estas são calculadas tendo em conta a utilização alternativa ao Metro, ou seja, estimando-se o nível de emissões que resultaria das mesmas deslocações em transportes substitutos caso não existisse Metro (transporte individual, coletivo e não motorizado). Estimou-se para 2016 uma poupança de 62,2 mil toneladas de CO₂e que, descontadas das emissões associadas à tração, geram um benefício líquido para a atmosfera de 51,3 mil toneladas de CO₂e.

Em termos económicos, os benefícios ambientais correspondem a um valor aproximado de 401 mil euros no ano de 2016. Por sua vez, os benefícios sociais decorrentes da estimativa de ganhos de tempo e da redução da pressão sobre o estacionamento ascendem a 159 milhões de euros e 11 milhões de euros, respetivamente.

X.Avaliação do Governo Societário

1.Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação, deverá ser incluída:

a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página);

¹⁵ Reporta-se também às recomendações que possam ter sido veiculadas a coberto de relatórios de análise da UTAM incidindo sobre Relatório de Governo Societário do exercício anterior.

¹⁶ A informação poderá ser apresentada sob a forma de tabela com um mínimo de quatro colunas: "Referência"; "Recomendação"; "Aferição do Cumprimento"; e "Justificação e mecanismos alternativos".

Metro do Porto, S.A.

b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela entidade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

2. Outras informações: a entidade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Relativamente a recomendações recebidas no âmbito do governo societário, na Assembleia Geral realizada a 30 de Maio de 2016, o representante do acionista Estado, em declaração de voto, recomendou "o cumprimento das orientações do acionista Estado quanto: a) à redução do prazo médio de pagamentos até ao limite de 45 dias determinado no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas, ainda que o mesmo tenha vindo a diminuir; b) a não atribuição de cartão de crédito aos administradores, conforme determina o artigo 32.0 do Estatuto do Gestor Público; c) a elaboração do relatório anual de prevenção da corrupção, conforme a Recomendação n.º 112009 do Conselho de Prevenção da Corrupção."

Quanto à alínea a), a análise das orientações recebidas e resultados alcançados em 2016 foi já apresentada neste relatório. Quanto à alínea b), existe um cartão de crédito atribuído ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, utilizado exclusivamente em despesas da Empresa. Quanto à alínea c), a recomendação em causa não foi ainda satisfeita.

16
fz
1/12

Metro do Porto, S.A.

Cumprimento das Orientações legais - 2016	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
Objetivos de Gestão / Planos de Actividade e Orçamento	N.A.		Não foram definidos objetivos para o exercício de 2016 (ver ponto 6.3.1 do RC 2016)
Objectivo de Gestão 1			
Objectivo de Gestão 2			
Objectivo de Gestão 3			
Metas a atingir constantes no PLO 2016			
Principais Resultados de Referência			
Investimentos			
Gastos com Pessoal			
Etc.			
Orçamento de execução do orçamento carregado no AGO/BOE			Ver ponto 6.3.1 do RC 2016
Gestão do Risco Financeiro	S	3,13% - taxa média de financiamento em 2016	Atribuída a o GCP através de contrato de mandato. Ver ponto 6.3.2 do RC 2016
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Aumento de 1,98% face a 2015, abaixo do limite de 3% previsto no OE 2016 / PG 2016	Ver ponto 6.3.3 do RC 2016
Evolução do PMP a fornecedores	N	-11 dias de PMP a fornecedores em 2016 face a 2015 (PMP de 74 dias em 2016)	Ver ponto 6.3.4 do RC 2016
Divulgação nos Atribuidos Pagamentos ("Arrears")	S	sem dívidas em atraso a mais de 90 dias a 31 de Dezembro 2016 (menos 1.279.969 euros face a o ano anterior)	Ver ponto 6.3.4 do RC 2016
Recomendações do Tribunal na prevenção de conflitos			
Redução do prazo médio de pagamentos a até ao limite de 45 dias determinado no programa "Pagar a Tempo e Mora"	N		Ver ponto 6.3.4 do RC 2016
Não atribuição de crédito aos administradores, conforme de termino o artigo 321 do Estatuto do Gestor Público	N		Ver ponto 6.3.7 do RC 2016
Elaboração do relatório anual de prevenção da corrupção, conforme a Recomendação nº 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção	N		Ver ponto 6.3.10 do RC 2016
Remunerações			Ver ponto 6.3.6 do RC 2016
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções e reversões remuneratorias vigentes em 2016	S	Total da Redução e remuneratoria de 13.698 euros em 2016	
Fiscalização (OF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratorias vigentes em 2016	S	Total da Redução e remuneratoria de 13.698 euros em 2016	
Auditor Externo - redução e reversões remuneratorias vigentes em 2016	N.A.		
Resantes tratadores - reduções e reversões remuneratorias vigentes em 2016	S	Total da Redução e remuneratoria de 64.725 euros em 2016	
Resantes tratadores - proibição de valorizações remuneratorias, nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014, promulgada para 2016 pelo n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março	N.A.		
EGP - Artigo 32º e 33º do EGP			Ver ponto 6.3.7 do RC 2016
Não utilização de cartões de crédito	N		Existem um cartão de crédito atribuído ao Senhor Presidente do Conselho de Administração utilizado exclusivamente em despesas da Empresa
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afecto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do DL n.º 153/2013 e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ver ponto 6.3.8 do RC 2016
Promissão da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		Ver ponto 6.3.9 do RC 2016
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	N		Ver ponto 6.3.10 do RC 2016
Contratação Pública			Ver ponto 6.3.11 do RC 2016
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a voto prévio do TC	S	Contrato de Prestação dos Serviços de Revulso Geral dos 980.000 km dos veículos Eurotram da MP, promulgação do Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção de Material Circulante dos modelos Eurotram e Tram-Train e promulgação (S.º 1.º Aditamento) do Contrato de Subconstrução da Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto	Ver ponto 2 e 6.3.11 do RC 2016
Auditoria do Tribunal de Contas			Ver ponto 6.3.16 do RC 2016
Recomendação 1			
Recomendação 2			
Etc.			
Parque Automóvel			Ver pontos 6.3.13 e 6.3.14 do RC 2016
N.º Viaturas	S		
Gastos com Viaturas	S	Redução de 9,6 mil euros nos gastos com a frota automóvel	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N		Ver ponto 6.3.14 do RC 2016
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 153/2013)			Ver ponto 6.3.15 do RC 2016
Disponibilidade e aplicações Generalizadas no GCP	S	38,6% das disponibilidades depositadas no GCP em 31 de Dezembro 2016	
Disponibilidade e aplicações na Banca Comercial	S		
Juros auferidos em cumprimento da LITE e entregues em receita do Estado	N.A.		

O modelo de governância, Comissão Executiva e Conselho de Administração com administradores executivos e não executivos, tem-se revelado adequado, tendo a Empresa beneficiado da empenhada intervenção de uns e de outros.

PORTO, 13 ABRIL DE DE 2017

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração:

(Prof. Jorge Moreno Delgado)



Vogais:

(Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes)




(Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes)




(Eng. Tiago Filipe da Costa Braga)



(Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves)



(Eng. António Domingos Silva Tiago)



XI. Anexos do RGS

Como anexos ao relatório da entidade deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:

1. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2015.

2. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

3. Declarações a que se referem os artigos 51.º e 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

4. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2014¹⁷.

- ANEXO 1 – ATA DA REUNIÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À APROVAÇÃO DO RGS 2016
- ANEXO 2 – RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO
- ANEXO 3 – DECLARAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 51º E 52º DO DL 133/2013
- ANEXO 4 – ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015 – encontra-se disponível no SIRIEF a Ata 43 da Assembleia Geral.

¹⁷ A incluir apenas no caso do documento em apreço não se encontrar disponível em SiRIEF.

ANEXO 1

ATA DA REUNIÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À APROVAÇÃO DO RGS 2016

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'M' followed by a vertical line and a circular flourish.

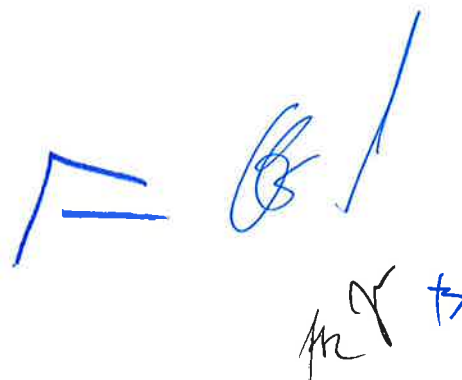
ANEXO 2

RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

1-61
12/9/13

ANEXO 3

DECLARAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 51º E 52º DO DL 133/2013

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

ANEXO 4

ATAS DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
2015

Encontra-se disponível no SIRIEF a Ata 43 da Assembleia Geral.

Handwritten signature and initials in blue ink.